



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Célio Wanderson Bentes de Araújo

O debate sobre emancipação humana nos periódicos do Serviço Social

Brasília, 2016



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Célio Wanderson Bentes de Araújo

O debate sobre emancipação humana nos periódicos do Serviço Social

Trabalho de conclusão de curso de Serviço Social apresentado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Profª Drª Ivanete Salete Boschetti

Brasília, 2016



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Célio Wanderson Bentes de Araújo

O debate sobre emancipação humana nos periódicos do Serviço Social

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Ivanete Salete Boschetti
(Orientadora SER – UnB)

Prof. Dr. Evilásio da Silva Salvador
(membro interino SER – UnB)

Prof^a Dr^a Sandra Oliveira Teixeira
(membro interino SER – UnB)

Brasília, 2016

*aos meus dois filhos adotivos,
Carlos e Anderson*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a orientação da Prof^a Dr^a Ivanete Boscheti, autora de notáveis publicações do Serviço Social brasileiro, a quem tive o privilégio de ser acolhido na demanda intelectual deste trabalho de conclusão de curso – acolhido que fui na compreensão dos momentos difíceis de mergulho na cotidianidade, mas também no estímulo a me suspender da mesma cotidianidade no árduo, mas provocante, ato de escrita.

Por confiar no ensino superior como bem público, gratuito, de acesso a todos, em expansão democrática constante, e na luta contra retrocessos conservadores e neoliberais, agradeço à Universidade de Brasília

Agradeço com carinho aos Professores Doutores Evilásio da Silva Salvador, e Sandra Oliveira Teixeira por participarem da banca examinadora.

Agradeço, por fim, aos amigos que cantaram comigo, nos dias de procrastinação, o verso de uma música cantada por Ney Matogrosso: *coragem, coração, se joga!*

Quando o mais afastado rincão do globo tiver sido conquistado tecnicamente e explorado economicamente; quando qualquer acontecimento em qualquer lugar e a qualquer tempo se tiver tornado acessível com qualquer rapidez: quando um atentado a um Rei na França e um concerto sinfônico em Tóquio poder ser “vivido” simultaneamente; quando tempo significar apenas rapidez, instantaneidade e simultaneidade e o tempo, como História, houver desaparecido da existência de todos os povos; quando o pugilista valer, como o grande homem de um povo; quando as cifras em milhões dos comícios de massa forem um triunfo – então, justamente então continua ainda a atravessar toda essa assombração, como um fantasma, a pergunta: para que? Para onde? E o que agora?

Martin Heidegger

In: *Introdução à metafísica*,
Tradução de Emmanuel Carneiro Leão

RESUMO: O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo identificar e analisar, a partir da perspectiva teórica do materialismo dialético de Marx e da técnica de análise de conteúdo, artigos publicados em oito (8) revistas do Serviço Social, que abordem em seu conteúdo o tema da emancipação política e emancipação humana. As revistas escolhidas são: *Em Pauta*, *Katálysis*, *Revista de Políticas Públicas*, *Ser Social*, *Serviço Social em Revista*, *Serviço Social & Sociedade*, *Temporalis*, *Textos & Contextos*. Para fundamentar nossa análise, procuramos construir uma breve exegese da clássica distinção marxiana entre emancipação política e emancipação humana, dos desdobramentos ideológicos deste tema em autores marxistas e apontamentos sobre a base filosófica do liberalismo político. Com esse suporte teórico, cotejamos o tema da emancipação política e emancipação humana com a atual hegemônica incorporação da teoria marxista no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, expresso em seu código de ética, manifestos e literatura especializada. Por fim, procedemos com a análise de conteúdo dos artigos com ênfase a produção intelectual de assistentes sociais que debateram diretamente acerca do objeto de nossa investigação, isto é, a emancipação humana na perspectiva marxista, com o intuito de contribuir teoricamente para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: emancipação humana, emancipação política, serviço social.

ABSTRACT:

This course conclusion work aims to identify and analyze, from the theoretical perspective of dialectical materialism of Marx and the content analysis technique, articles published in eight (8) Brazilian Social Work's journals, addressing in its contents the subject of political emancipation and human emancipation. The selected journals are: *Em Pauta*, *Katálisis*, *Revista de Políticas Públicas*, *Ser Social*, *Serviço Social em Revista Serviço Social & Sociedade*, *Temporalis*, *Textos & Contextos*. To support our analysis, we seek to build a brief exegesis of classical Marxian distinction between human emancipation and political emancipation, the ideological developments of this issue in Marxist writings and notes on emancipating philosophical currents non-Marxist. With this theoretical support, confront the subject of human emancipation and political emancipation with the current hegemonic incorporation of Marxist theory in the ethical-political project of the Brazilian Social Service, expressed in its social workers' Ethical Code, manifestos and specialized literature. Finally, we proceed with the content analysis of articles emphasizing the intellectual production of Brazilian social workers who discussed directly about the object of our research, that is, human emancipation in the Marxist perspective, in order to theoretically contribute to the strengthening of the Brazilian Social Work's ethical-political project.

keywords: human emancipation, political emancipation, social work.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1. Nuvem de palavras-chave dos artigos analisados.	46
Quadro 1 Revistas segundo origem, região, natureza institucional e estrato.	20
Quadro 2 Revistas segundo disponibilidade online e número de itens.	21
Quadro 3 Títulos dos artigos analisados e suas referências.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social.

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UEL - Universidade Estadual de Londrina/PR

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UnB - Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. Apresentação:.....	12
2. Justificativa:.....	13
3. Referenciais teórico-metodológicos e procedimentos.....	14
CAPÍTULO I – Marx e a emancipação humana.....	22
1. A ruptura revolucionária de Marx com Hegel:.....	22
2. A teoria da revolução do jovem Marx:.....	25
3. A distinção entre emancipação política e emancipação humana.....	27
4. Nota sobre a base filosófica do contratualismo: correntes “emancipadoras” não-marxistas:.....	34
CAPÍTULO II – A perspectiva marxista do Serviço Social.....	37
1. O legado do movimento de reconceituação:.....	37
2. A incorporação do marxismo a partir dos anos 80:.....	41
CAPÍTULO III – O debate sobre emancipação humana nos periódicos do Serviço Social.....	46
1. Análise de conteúdo de artigos do Serviço Social que debatem sobre emancipação política e emancipação humana:.....	46
2. A crítica aos limites da emancipação política:.....	49
3. O debate sobre emancipação humana.....	52
4. Equívocos.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXOS.....	69

INTRODUÇÃO

1. Apresentação:

Qual é o sentido da categoria emancipação quando ela aparece uma única vez – contida no primeiro inciso dos princípios fundamentais – no código de ética do/a assistente social de 1993? Transcrevemos aqui o inciso inteiro: “I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”¹. *De que tipo de emancipação se trata?*

Esta pergunta: *de que tipo de emancipação se trata?* É a mesma pergunta que Marx formula no seu ensaio sobre a questão judaica em 1844, ao fazer sua clássica (e revolucionária) distinção entre emancipação política e emancipação humana.

É sobre esse problema que este trabalho de conclusão de curso se dedica. Intriga-nos que a categoria emancipação esteja no mesmo *campo sintático* que autonomia e plena expansão dos indivíduos, ou melhor, na decorrência das demandas políticas inerentes à liberdade: *autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos*.

Ao mesmo tempo, numa análise dialética, embora o código de ética não expresse claramente a distinção marxiana² entre emancipação política e humana, é no inciso oitavo onde encontramos a garantia do norte ético revolucionário da emancipação humana: “VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”³.

Ou seja, a perspectiva marxista do Serviço Social está vinculada ao ideário revolucionário de superação da sociedade burguesa.

Enquanto, emancipação política é o aprofundamento dos direitos civis e políticos em uma determinada ordem econômico-social, o capitalismo, a emancipação humana aponta para uma nova forma de mediação de homens para além do Capital.

Diante das crises cíclicas do Capital, da coisificação do homem, da lógica da mercadoria nas

¹ CFESS, 2012, p. 24

² Nossa redação utiliza os adjetivos “marxista” e “marxiano” com vista a uma distinção: enquanto por “perspectiva marxista” entende-se toda uma longa trajetória histórica de pensamento filosófico com base nos textos de Marx (e também textos escritos a quatro mãos com Friedrich Engels, como *A ideologia Alemã*), porém escritos por outros autores como György Lukács, István Mészáros, entre outros autores, que ora desenvolveram categorias importantes como “ser social”, ora atualizaram o pensamento de Marx na crítica atual sociedade burguesa. Por “marxiano”, entendemos aquilo de responsabilidade direta de Marx, de sua própria lauda, como é o ensaio *Sobre a questão judaica*.

³ CFESS, 2012, p. 25

relações humanas, daqueles que afirmam a agonia de nossos tempos *sem utopia*, ou mesmo do fim das utopias, da concentração do Capital e mundialização intensiva do império do dinheiro, a categoria marxiana da emancipação humana, enquanto crítica da atual ordem societária na qual nos encontramos e para nos lançarmos eticamente diante deste mundo efetivo afim de transformá-lo, é cada vez mais atual.

O objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso entender como as categorias emancipação política emancipação humana vem sendo incorporadas nos artigos publicados por assistentes sociais, levando em consideração que a emancipação política também faz parte do projeto ético-político dos Assistentes Sociais, em sua dimensão da ampliação dos direitos de cidadania e aprofundamento da democracia. A emancipação humana vai além da reprodução desta sociabilidade vigente. A emancipação humana aponta para liberdade de imediação de homens e mulheres com homens e mulheres, isto é, sem a mediação do Estado, da propriedade privada, e do casamento monogâmico. Aponta para a livre associação de trabalhadores, e para o reino da liberdade.

A busca por este debate, a partir de um aprofundamento teórico de perspectiva marxista e seu contraponto liberal, dar-se-á no que está sendo discutido nos artigos científicos das revistas de Serviço Social a partir do marco legal do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e da Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão do/a Assistente Social.

2. Justificativa:

O nosso TCC se justifica por três motivações. A primeira é de relevância teórico-acadêmica pois há possibilidade de ampliar o conhecimento acerca do objeto de estudo por meio de levantamento e revisão bibliográfica disponível. A segunda motivação é prático-social: porque rastreamos o debate atual sobre a emancipação nas revistas de Serviço Social de maior relevância do país, afim de, no conjunto dos diversos artigos, revelar os aprofundamentos, não isentos de contradições, acerca do que se tem debatido sobre o tema, e desta forma construir subsídios que possam intervir nos âmbitos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, porquanto a emancipação perpassa os campos ideológicos até a intervenção profissional. A terceira motivação é de ordem pessoal, pois com esta primeira abordagem do tema, o orientando deste trabalho pretende prosseguir estudos sobre emancipação humana enquanto chave para crítica desta sociedade e para o pensamento de um novo modo de vida e sociabilidade.

Há três hipóteses a serem desveladas:

1) o debate sobre emancipação política e emancipação humana pode ir ao encontro a uma perspectiva neoliberal se tomar como mote as liberdades individuais, a fragmentação da questão social, como por exemplo pensar a emancipação da mulher, do negro, do índio, sem pensar na totalidade, sem pensar na perspectiva teoria da *práxis* e da revolução.

2) o debate sobre emancipação política e emancipação humana pode ter sido aprofundado, se de um lado, vislumbra-se a ampliação dos direitos de cidadania na democracia sem se perder de vista que este modo de viver no mundo (cidadão e democrático) do Capital, não é a última forma de sociabilidade possível.

3) a adoção do método marxista pretende desvelar concepções “emancipatórias” que não sejam marxistas, ou seja, considerações que fogem ao teor revolucionário da emancipação humana, ou que não concebem os limites da emancipação política.

O objetivo geral é identificar e analisar a concepção de emancipação política e emancipação humana encontrada em artigos teóricos publicados pelo Serviço Social, à luz da perspectiva marxiana, para cotejá-los com os princípios do projeto ético político profissional e investigar seus desdobramentos ideológicos.

Os objetivos específicos são três, e fazem parte da estrutura dos três capítulos

1) Capítulo I – Marx e a emancipação humana: Contextualizar o debate sobre emancipação política e emancipação humana em Marx afim de encontrar seus pressupostos e demonstrar com quem o autor dialoga e mostrar as diferenças na concepção de emancipação política e emancipação humana;

2) Capítulo II – A perspectiva marxista do Serviço Social: Contextualizar o debate atual e a incorporação da emancipação política e emancipação humana no Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, expresso em seu Código de Ética, manifestos e chamados do conjunto CFESS/Cress e Abepss, e literatura especializada, a saber, as contribuições de Yamamoto⁴ e Barroco⁵.

3) Capítulo III –Análise de conteúdo de artigos do Serviço Social que debatem sobre emancipação política e emancipação humana: categorizar os artigos, descrever o recorte de tema e fazer a análise dos artigos sob a perspectiva teórica utilizada na abordagem.

3. Referenciais teórico-metodológicos e procedimentos

O método adotado tem por referencial o materialismo-histórico dialético e busca atingir

⁴ IYAMAMOTO, 2011; 2013

⁵ BARROCO, 2008

múltiplas determinações sobre nosso tema – a emancipação política e a emancipação humana. Apoiados nisso, não perderão de vista as categorias de articulação interna, a objetividade real de nosso tema e as categorias de ordem ontológicas, reflexivas, históricas e transitórias. Sendo assim, a análise será *diacrônica* (no estudo da gênese e do desenvolvimento da distinção entre emancipação política e emancipação humana em Marx e na teoria marxista), e *sincrônica* (no estudo dos artigos do Serviço Social que debatem ou usam a categoria emancipação – distinguindo ou não entre emancipação política e emancipação humana).

Buscando uma unidade na diversidade de artigos, nossos procedimentos levarão em conta a profunda e contínua transformação do real. Deste modo, diversidade significa riqueza, epistemologicamente pensada⁶.

O método marxiano concebe o movimento da realidade efetiva, pois, segundo Marx:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado⁷.

Em Marx, o método não pode ser extraído de sua teoria da práxis, enquanto episteme, tão pouco da concepção revolucionária da emancipação. Utilizar o método marxista implica na afinidade entre teoria e ação, pois:

[...] a teoria social de Marx não pode ser reduzida a um mero método de conhecimento, a uma epistemologia. Ela traz embutido um ponto de vista de classe, um projeto societário presidido pela força criadora do trabalho, que é essencialmente histórico e se plasma no acontecer da vida social⁸.

A teoria crítica marxista implica “a reconstrução, no nível do pensamento, desse movimento do real, apreendido nas suas contradições, nas suas tendências, nas suas relações e inúmeras determinações”⁹. Nesse sentido, a teoria marxiana é a condição tanto para a crítica do real, quanto a condição para as possibilidades da ação transformadora do real:

Refletir sobre essa questão supõe recusar o empiricismo e assumir o desafio intelectual, teórico-

6 NETTO, 2011.

7 MARX, 1968, p. 16 apud NETTO, 2011, p. 21

8 IAMAMOTTO, 2013, p. 210

9 Ibid., p. 209

crítico, de desvendar a prática social como condição para conduzir e realizar a prática profissional imprimindo-lhe uma direção consciente. Nessa perspectiva, a teoria não está desvinculada da ação. A teoria afirma-se assim como crítica teórica das elaborações que explicam a dinâmica da sociedade. Há um embate necessário com o acervo da produção intelectual acumulada. Entretanto, a teoria afirma-se, também, como teoria das possibilidades da ação. Assim, se ela é condição para explicação do real, é também condição para desvendar as possibilidades de ação no processo social. Com essa compreensão, esvazia-se a reivindicação de uma dupla metodologia: uma que daria conta da esfera do conhecimento e outra, da ação. Essa segmentação dualista evoca uma viagem restauradora, retornando aos antecedentes da crise de metafísica clássica, que dividiu filosofia e história, conhecimento e ação"¹⁰.

Assim, *ao decifrar as particularidades históricas do movimento atual* a teoria crítica é um método que não se *aplica* ao real, mas “fornece parâmetros para uma análise criativa que recupere as especificidades do processo de formação da sociedade nacional, dos movimentos e inflexões conjunturais, dos atores e forças políticas aí presentes”¹¹.

Práxis e trabalho estão intimamente ligados a partir da noção de ser social:

Para ambos [Marx e Engels], o ser social - a sociabilidade resulta do trabalho, que constituirá o modelo da práxis - é um processo, movimento que se dinamiza por contradições cuja superação conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações¹².

O ser social também estabelece relações com as ideias, de *acordo com as suas relações sociais*. Deste modo, é importante que nosso estudo leve em conta o que as/os assistentes sociais (e profissionais de outras áreas que escrevem para as revistas de Serviço Social, como Ivo Tonet) estão debatendo, e sob quais perspectivas, historicamente determinadas, mesmo que transitórias, pois:

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem: Elas são produtos históricos e transitórios.¹³

Desta maneira, a abstração é um recurso importante na nossa tarefa de fazer um recorte do debate atual sobre emancipação política e emancipação humana nos artigos dos diversos periódicos selecionados. Os artigos que pesquisamos não tratam tão somente do nosso tema, geralmente os artigos contêm três ou quatro outras palavras-chave.

¹⁰ Ibid., p. 210

¹¹ Ibid., p. 210

¹² NETTO, 2011, p. 31

¹³ ENGELS, 1979, p. 126 apud NETTO, 2011, p. 35

Selecionamos, dentre as oito¹⁴ revistas, apenas artigos que continham a palavra “emancipação”, e as correspondentes: “emancipação política”, “emancipação humana” nas palavras-chave do resumo/abstract. Essa pesquisa resultou em 23 artigos. Além destes 23 (vinte e três) artigos, utilizamos uma entrevista¹⁵ com Michel Löwy concedida a Marildo Menegat e Elaine Bering em 8 de novembro de 2008, publicada na revista *Em Pauta*, e o manifesto¹⁶ da Abepss de 2013 em comemoração ao dia do(a) assistente social, publicado na revista *Temporalis* contendo a palavra-chave “emancipação”.

Os assuntos e objetivos destes artigos foram variados, como veremos no Capítulo III, desde educação popular, igualdade de gênero, capacitação, empoderamento, feminismo, até movimentos sociais na América Latina.

Nosso empenho é recortar de dentro deste contexto maior de cada artigo, a perspectiva da emancipação adotada por cada autor de cada revista e analisar se no conjunto dos vários debates, como a perspectiva marxista ou (marxiana) e apropriada. Deste modo, a abstração é imprescindível, pois

a abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo, é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável - aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador.¹⁷

O procedimento adotado, após uma breve digressão de textos clássicos e de literatura especializada, é a análise de conteúdo temática. O procedimento tem origem tradicional em pesquisa quantitativa, mas hoje é amplamente usado em pesquisa qualitativa. Tanto a frequência (em quantos artigos há o registro do tema emancipação) quanto qualidade (revela qualidade se obedece à perspectiva marxista) são relevantes para o debate do tema da “emancipação”, enquanto unidade de significado¹⁸, para os fins da análise de conteúdo.

Chamamos por a “análise de conteúdo” o procedimento, a técnica de pesquisa adotada. Não o método. Procedimentos e técnicas não são o método. como dissemos acima. Por método, entendemos o referencial teórico-metodológico é o materialismo historico-dialético, ou teoria marxista:

¹⁴Como veremos a seguir, na exposição dos Quadros 1 e Quadro 2, escolhemos revistas cujo estrato qualis-CAPES eram classificados com as notas A1, A2, B1 e B2. Dentro deste critério, o número de revistas selecionadas chegou a 8 (oito). Todas as outras revistas foram qualificadas com estrato inferior a B2. A partir do estrato B3, a periodicidade mínima semestral é dispensável. Para saber mais sobre o documento Área 32, conferir ANEXO I deste trabalho.

¹⁵ LÖWY, 2008. (entrevista).

¹⁶ ABEPESS, 2013

¹⁷ NETTO, 2011, p. 44

¹⁸ MINAYO, 2011

O próprio Marx recorreu à utilização de distintas técnicas de pesquisa (hoje caracterizadas como análise bibliográfica e documental, análise de conteúdo, observação sistemática e participante, entrevistas, instrumentos quantitativos, etc.)¹⁹.

Em resumo, a análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens²⁰

Nosso tema é a emancipação. Devido ao nosso posicionamento teórico-metodológico, essa emancipação só pode ser ou emancipação política ou emancipação humana. Por tema, queremos dizer: “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”²¹.

Para a finalidade do nosso estudo, recortar, isto é decompor, os artigos utilizando os palavras-chave *emancipação*, *emancipação política* e *emancipação humana*, nos serviu como unidade de registro para a pesquisa. Isto não quer dizer, que todos os demais artigos de todas as revistas não possam ter em seu conteúdo questões para debate sobre a emancipação, no entanto não possuem aquela unidade de registro. “Podemos utilizar a palavra como uma unidade, trabalhando com todas as palavras de um texto ou com apenas algumas que são destacadas de acordo com a finalidade de um estudo”²².

Procederemos então, da seguinte forma, na pesquisa por artigos científicos que abordem o tema:

a) escolhermos quatro estratos em ordem decrescente de avaliação: A1 (o mais elevado), A2, B1 e B2. Revistas com avaliação inferior B2, foram desconsiderados para os fins desta pesquisa, porque a partir do estrato B3 não há a exigência por periodicidade mínima semestral, e a partir do B4 não há a exigência de publicação do periódico por instituição com pós-graduação *stricto sensu*²³. As revistas, nesse recorte, são oito, em ordem alfabética: *Em Pauta*, *Katálysis*, *Revista de Políticas Públicas*, *Ser Social*, *Serviço Social em Revista*, *Serviço Social & Sociedade*, *Temporalis* e *Textos &*

¹⁹ NETTO, op. cit., p. 26

²⁰ BARDIN, 1979, p. 42 *apud* MINAYO, 2011, p. 83

²¹ BARDIN, 1979, p. 105 *apud* MINAYO, 2011, p. 86

²² MINAYO, 2011, p. 87

²³ Conferir ANEXO I deste trabalho, páginas 61 a 65

Contextos.

b) tomamos como critério também a disponibilidade online das revistas, tanto pelo caráter de democratização do acesso quanto para uma maior abrangência do acesso a buscas no index das revistas.

c) buscamos no índice das revistas a palavra-chave: emancipação.

d) selecionamos todos os artigos que apareceram com a palavra-chave “emancipação” na opção por busca, nos termos indexados que acionem o resumo e as palavras-chave dos artigos. Essa primeira busca nos levou a 25 (vinte cinco) itens. Dentre os quais 23 (vinte e três) eram artigos científicos, 1 (um) era uma entrevista com Michael Löwy²⁴ concedida a Elaine Behring em 2008, e 1 (um) era um manifesto²⁵ da Abepss.

Deste modo, concluímos que a pesquisa revela qualidade de material, e é suficiente para a análise do debate.

O critério qualis-CAPES são os critérios mínimos para a publicação a ser avaliada como periódico científico:

um periódico científico é uma publicação seriada arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica. Para ser considerado um periódico científico, o mesmo deve conter os seguintes itens: editor responsável; conselho editorial; issn; linha editorial; normas de submissão; periodicidade mínima semestral; avaliação por pares; publicar pelo menos 14 artigos por volume/ano; afiliação institucional dos autores; afiliação institucional dos membros dos conselhos, podendo haver membros sem vínculo institucional (por ex.: aposentados); resumo e abstract dos artigos; descritores em português e inglês; pelo menos um número do ano anterior publicado; disponibilidade em formato digital, com acesso on line; para revistas brasileiras, recomenda-se que haja uma garantia, por agente certificador auditável, de preservação e acesso ao acervo em caso de catástrofes e obsolescência tecnológica; data de recebimento e aceitação de cada artigo.

Os periódicos da área de Serviço Social, considerados científicos por estes critérios, foram classificados em 07 estrados, adaptados segundo a realidade da área (número de artigos publicados pela área, proximidade da temática à área, avaliação recebida por outras áreas, etc.)²⁶.

Logo abaixo, o quadro sintático das revistas analisadas (segundo origem, região, natureza institucional e estrato) demonstra que a pesquisa atingiu quatro regiões brasileiras: centro-oeste, sul, sudeste e nordeste. Até junho de 2015 não encontramos nenhuma publicação do Norte do país com

²⁴ LÖWY, 2008, p. 126-131

²⁵ ABEPESS, 2013

²⁶ CAPES, 2013, p. 11 (o documento integral encontra-se no ANEXO I deste trabalho)

estrato de A1 a B2. Quanto à origem regional, três das oito revistas são da região sul (Katálysis – UFSC, Serviço Social em Revista – UEL e Textos & Contextos – PUC/RS), duas da região centro-oeste (Ser Social – UnB e Temporalis – ABEPSS), duas da região sudeste (Em Pauta – UERJ e Serviço Social & Sociedade – São Paulo), e uma do nordeste (Revista de Políticas Públicas – UFMA). A maioria dos periódicos é de natureza institucional pública, e são ligados a programas de pós-graduação de universidades federais. Exceto a revista Serviço Social & Sociedade que é do editorial privado da Cortez Editora e a revista Textos e Contextos da PUC/RS. Os estratos das revistas são da nota qualis-CAPES da avaliação trienal de 2013 e podem ser conferidos a seguir:

Títulos	Origem	Região	Natureza Institucional	Estrato (QUALIS-CAPES 2013)
Em Pauta	UERJ	Sudeste	Pública	A2
Katálysis	UFSC	Sul	Pública	A1
Revista de Políticas Públicas	UFMA	Nordeste	Pública	A2
Ser Social	UnB	Centro-Oeste	Pública	A2
Serviço Social & Sociedade	São Paulo	Sudeste	Editorial Privado – Cortez Editora	A1
Serviço Social em Revista	UEL	Sul	Pública	B2
Temporalis	ABEPSS	Centro-Oeste	Pública	B1
Textos & Contextos	PUC-RS	Sul	Privada	A2

Quadro 1 Revistas segundo origem, região, natureza institucional e estrato.

Nossa pesquisa fez levantamento de dados e revisão bibliográfica até junho de 2015. Isto quer dizer, que algumas publicações, por serem semestrais, ainda não haviam sido publicadas neste ano de 2015, e os itens datam em sua maioria até o segundo semestre de 2014. Exceto a revista Serviço Social & Sociedade, de periodicidade trimestral, que data de 2015.

Títulos	Disponibilidade Online até jun. 2015	Número de itens
Em Pauta	nº 19 (2007) ao nº 34 (2014)	16

Katálysis	nº 1 (1997) ao v. 17, nº 2 (2014)	33
Revista de Políticas Públicas	v. 13 nº 2 (2009) ao v. 18 (2014)	14
Ser Social	nº 2 (1998) ao nº 36 (2014)	34
Serviço Social & Sociedade	nº 101 (2010) ao nº 121 (2015)	21
Serviço Social em Revista	v. 12, nº 1 (2009) ao v. 16, nº 2 (2014)	22
Temporalis	v. 2, nº 22 (2011) ao v. 2, nº 28 (2014)	09
Textos & Contextos	v. 1, nº 1 (2002) v. 13, nº 2 (2014)	22

Quadro 2 Revistas segundo disponibilidade online e número de itens.

Nossa pesquisa debruçou-se sobre as revistas diante da sua disponibilidade online. Isto não quer dizer que o debate sobre emancipação humana e emancipação política em periódicos mais antigos como Serviço Social & Sociedade não possuíssem artigos na versão impressa que discutissem nosso tema de recorte. No entanto, este trabalho, dentro de suas limitações, não pode demandar todo conteúdo das oito revistas analisadas, apenas o conteúdo demonstrado no Quadro 2 acima.

O quadro acima também revela que para chegarmos aos 23 artigos que continham em seu conteúdo o debate sobre emancipação humana e emancipação política, pesquisamos 171 itens, isto é, 171 publicações das oito revistas selecionadas, abrangendo um período de 18 anos, que vai de 1997, a 2015.

CAPÍTULO I – Marx e a emancipação humana

Este primeiro capítulo procura expor, brevemente, os passos do jovem Marx que, em 1844, já haviam caminhado para a ruptura revolucionária com o idealismo de Hegel (1770 – 1831). Discute também as noções de idealismo hegeliano, materialismo histórico de Marx, a teoria da revolução, e a radicalidade emancipadora da teoria marxiana. A partir disso, expomos a distinção marxiana entre emancipação política e humana como base para nossa perspectiva de análise. Por fim, este capítulo traz uma breve nota sobre contratualismo, cuja base filosófica são o contraponto liberal da emancipação humana.

1. A ruptura revolucionária de Marx com Hegel:

LÖWITH (2014), em seu livro “De Hegel a Nietzsche: a ruptura revolucionária no pensamento do século XIX – Marx e Kierkegaard”, assim descreve o jovem Marx (1818-1883) que em 1844 já havia contribuído para a revista *Anais franco-alemães* com a *Introdução à crítica da filosofia do direito hegeliana* e com o ensaio sobre a questão judaica:

[...] entre os jovens hegelianos, não somente era o mais radical, mas também era em geral aquele que, em penetração conceitual e erudição, mais poderia competir com o próprio Hegel.²⁷

Todos os pormenores dessa frutífera “competição” dos novos hegelianos não cabem no propósito do nosso trabalho. O que queremos ressaltar é: o castelo do idealismo hegeliano é tombado por um “um modo completamente novo de filosofia, que no sentido até agora vigente nem mesmo seria considerada filosofia”²⁸. Vigente significa tudo aquilo que foi consumado no idealismo alemão por Hegel. Um modo completamente novo de filosofia que nem seria considerada filosofia significa a antítese consumada por Marx: a dialética do materialismo histórico. Entre Hegel e Marx estão duas concepções da efetividade do mundo e do fim da filosofia:

O envelhecimento do mundo efetivo coincide pra Hegel com um rejuvenescimento último da filosofia, e em Marx, que antecipa o futuro, coincide a filosofia concluída com o rejuvenescimento do mundo real e em oposição a velha filosofia. Por meio da realização da razão no mundo efetivo, a filosofia como tal se supera, adentra na práxis da não filosofia existente, quer dizer, a filosofia tornou-se marxismo, em uma teoria imediatamente prática.²⁹

²⁷ LÖWITH, 2014, p. 110

²⁸ *Ibid.*, p. 110

²⁹ *Ibid.*, p. 114

Uma filosofia imediatamente prática quer dizer que *a filosofia torna-se completamente mundo*. E a filosofia de Hegel *uma totalidade abstrata*. Este empenho de Marx em atacar o *mundo efetivo* (o modo de vida histórico determinado pelo e no capitalismo) e a filosofia em vigência (o idealismo hegeliano) faz com que Marx reúna mundo efetivo e filosofia *numa totalidade que abrangente de teoria e práxis*. Isto é, uma teoria que *prepara o caminho para a transformação prática*.³⁰

Marx não incide suas críticas apenas a filosofia do espírito de Hegel, mas também ao materialismo de Feuerbach. Feuerbach compreendia o materialismo intuitivamente como objetos que existem no mundo de forma acabada, dados à mão. Marx entende o materialismo como dialética da atividade humana, como práxis. O idealismo de hegeliano também deu validade a atividade produtiva do sujeito, no entanto apenas de modo abstrato, espiritual: “tanto esse espiritualismo quanto aquele materialismo [de Feuerbach] não concebem a atividade 'revolucionária', isto é pratico-crítica, a única que cria o mundo do homem”³¹. A vontade de transformar o mundo efetivo perpassa tanto a economia efetiva, a teoria da economia, *por esta ser a consciência daquela*, quanto a interpretação do mundo enquanto tal.

O materialismo de Marx, em contraposição ao materialismo de Feuerbach, entende que a mercadoria *é produto do histórico da atividade humana comum, que mesmo uma maçã é o resultado do comércio e de trocas mundiais*. O materialismo ateu destrói a religião cristã, *deuses celestes e deuses terrenos*. A destruição do cristianismo é para Marx pressuposto para a transformação do mundo efetivo, sob o reino da liberdade e da autoconsciência.³²

O materialismo de Marx é histórico porque Marx critica não apenas o Estado em geral, mas o estado Estado burgês carregado de historicidade do mundo humano em geral. Isto é, sua filosofia crítica é conectada com o *entorno material*. Deste modo, a sociedade, o Estado, as instituições políticas não são entidades divinas ou naturalmente dadas, mas sim, construídas pelo homem no tempo e no fazer histórico.

Marx desenvolveu sua concepção materialista da história, na contra corrente da ideologia alemã hegeliana. Essa ruptura revolucionária de Marx com bases no processo humano de produção socialmente e historicamente determinados, na interpretação materialista das lutas de classes, faz

³⁰ LÖWITH, 2014, p. 115

³¹ Ibid., p. 115-116

³² Ibid., p. 116

sentido de ser chamada, radicalmente, *ruptura revolucionária* porque:

[...] desse ponto de vista histórico, para Marx, toda a história anterior desloca-se para o papel de mera 'pré-história' perante uma total transformação das relações de produção subsistentes, entendidas como o modo e a maneira como os homens produzem sua vida física e espiritual.

O filósofo Heidegger (1889-1976) também anota, em 1947, em sua *Carta sobre o Humanismo*, a revolucionária interpretação marxiana da *História*:

[...] porque ao fazer a experiência da alienação, Marx alcança uma dimensão Essencial da História, a visão marxista da História é superior às restantes interpretações da história (Historie). Ao contrário, uma vez que nem Husserl nem, quanto saiba até agora, Sartre chegam a reconhecer que o histórico tem sua essencialidade no Ser, tanto a fenomenologia quanto o existencialismo não alcançam a dimensão em que é possível um diálogo fecundo com o marxismo.³³

Segundo Löwith, tanto Marx quanto Hegel analisam a ética do sistema burguês que se perdeu no princípio do egoísmo. No entanto, Hegel mantém a diferença entre os interesses gerais e os interesses particulares, privados. Já Marx, quer superar essa diferença com a instauração revolucionária de uma *comunidade* e critica sobre tudo a relação entre o Estado burguês e a sociedade vigente. As mediações hegelianas, segundo o autor, embora Hegel tenha notado a contradição na separação da existência civil e da existência política, apenas ocultam a oposição corrente entre a *existência privada e egoísta* do cidadão e a *público-estatal* do burguês. Essa distinção entre *homme e citoyen* tem origem em Rousseau, pois Marx é:

um sucessor de Rousseau educado por Hegel, para quem a classe universal não era a dos pequeno-burgueses (Rousseau) nem a dos cidadãos estatais tornados funcionários (Hegel), mas a classe do proletariado.³⁴

Essa dicotomia entre o conhecer e o agir (entre Hegel e Marx) também é salientada por Yamamoto:

A busca de ultrapassagem da dicotomia entre o conhecer e o agir encontra-se intimamente vinculada à crise da metafísica clássica, instaurada por Hegel na virada do século e consolidada por Marx na defesa da unicidade entre razão filosófica e realidade social traduz-se na luta pela superação da filosofia especulativa (metafísica), reorientando-a nos rumos da realização da

³³ HEIDEGGER, 1995, p. 65

³⁴ LÖWITH, 2014, p. 265-267

filosofia: a razão se imiscuindo na realidade e transformando-se em história.³⁵

A descoberta de Marx diante dos movimentos sociais desde a Revolução Francesa entende que a declaração dos direitos dos homens são na verdade direitos que privilegiam a burguesia, direitos da burguesia, *privilégios da burguesia*. Só o indivíduo burguês é esse homem diferente do cidadão, um homem cindido, *o membro da sociedade burguesa*:

A declaração dos direitos do homem pressupõe o homem privado da sociedade burguesa, isto é o *bourgeois*, como o próprio e verdadeiro *homme*, pois ela ainda estava presa à luta contra a ordem feudal.³⁶

Nesse sentido, a Revolução Francesa foi a emancipação política da burguesia da ordem feudal:

ela ainda deveria ser completada por uma emancipação 'humana'. Esta tem que fazer que o homem individual como tal se torne ser genérico e social. Então desaparecerá ao mesmo tempo o Estado que abstrai do homem, e por isso é abstrato, e também a pessoa privada da sociedade burguesa que abstrai do estado, e poderia então chegar à verdade a frase de Hegel de que a 'suprema liberdade' é a 'suprema comunidade'³⁷

Ao descrever o que Marx entendia por burguesia, Löwith afirma primeiro: a burguesia é a representante dos interesses de classe como empreendedora capitalista e proprietária dos meios de produção *com os quais mantinha os trabalhadores assalariados em dependência*. Segundo: que Marx salientou a força revolucionária da burguesia que criou *em um século forças produtivas mais massivas e colossais que todas as gerações anteriores*, por meio da alta exploração dos meios naturais, do avanço tecnológico do maquinário e dos meios de transporte, da exploração e da conquista de grande parte do globo terrestre. Isto falando-se da alta burguesia, pois a baixa burguesia acabaria por fim se tornando parte da massa do proletariado.

2. A teoria da revolução do jovem Marx:

Segundo Löwy (2012), no seu livro “A teoria da revolução no jovem Marx”, é no jovem Marx que aparece uma nova concepção do mundo, a *filosofia da práxis* que é em si o fundamento metodológico da teoria da revolução como *autoemancipação do proletariado*. Para o autor, o fato de que o marxismo deixou de ser usado como ideologia de Estado por regimes *burocráticos parasitários*,

³⁵ IAMAMOTTO, 2013, p. 208

³⁶ LÖWITH, op. cit., p. 267 (grifos do autor)

³⁷ LÖWITH, 2014, p. 265-267

existe uma oportunidade única de redescobrir a mensagem marxiana original, isto é, a teoria da revolução como autoemancipação dos explorados, enquanto norte para o pensar e o agir, propondo portanto, um retorno a Marx:

esse 'retorno a Marx', somente será útil se nos livrarmos da ilusão de encontrar nele a resposta para todos os problemas – ou, pior ainda, a crença de que não há ainda para questionar ou criticar no *corpus* complexo e, por vezes, contraditório de seus escritos. Muitas questões decisivas, como a destruição do meio ambiente pelo 'crescimento das forças produtivas', as formas de opressão não classistas (por exemplo, de gênero ou étnicas), a importância de regras éticas universais e dos direitos humanos pela ação política, a luta das nações e das culturas não europeias contra a dominação ocidental, estão ausentes ou são tratadas de modo inadequado em seus escritos.³⁸

Sobre a radicalidade emancipadora do marxismo, Löwy destaca que “enquanto vivermos em sociedades capitalistas divididas em classes sociais antagônicas, será inútil querer substituir a filosofia da práxis por qualquer outro paradigma emancipador”. Concordando com Sartre, Löwy conta com o marxismo não só *como horizonte de nossa época*, mas que novos paradigmas atuais da filosofia contemporânea, (incluindo aí a “ecologia 'pura’”, a “racionalidade discursiva” de Habermas, o “desconstrucionismo” pós-moderno, ou o “individualismo metodológico”) “trazem muitas percepções interessantes, mas não são de modo algum, alternativas superiores ao marxismo em termos de compreensão da realidade, de universalidade crítica, e de **radicalidade emancipadora**”.³⁹

Entendendo que Marx transfere o sujeito do idealismo hegeliano para o materialismo prático, isto é, a essência humana como o *conjunto das relações sociais*, Löwy, citando Étienne Balibar, reitera que tanto a ontologia da práxis quanto a ontologia da produção formulada por Marx em *A ideologia alemã*, não são opostas, “a unidade da prática as une”. Portanto, Marx transgride com uma antiga ideia, desde os gregos, da divisão entre *poiésis* (a produção de coisas através da transformação da natureza) e *práxis* (a autotransformação humana livre).

É preciso também certificar aqui, que a dialética do materialismo histórico, é contrária a separação entre “teoria” e “prática”, porque em Marx:

toda sua obra teórica – não apenas sua doutrina política – contém implicações práticas: como explicação do real, ela estabelece as condições de possibilidade de mudança deste e torna-se assim instrumento indispensável da ação revolucionária; sua atividade prática, expressa por suas cartas, suas circulares, seus discursos e, sobretudo, suas decisões políticas, está carregada de

³⁸ LÖWY, 2012, p. 21

³⁹ Ibid., p. 21, grifos do autor.

significado teórico.⁴⁰

De modo sucinto, o autor resume as doutrinas políticas “emancipadoras” da burguesia em desenvolvimento, todas elas envolvidas por um mito do salvador, e portanto a libertação da burguesia alienada levada a cabo no Estado pelo salvador “*Libertador*”, *não pode ser senão alienada*:

[...] para Maquiavel, ele [o Salvador] é o 'Príncipe'; para Hobbes, o 'Soberano Absoluto'; para Voltaire, o déspota 'esclarecido'; para Roussau, o 'Legislador'; para Carlyle, o 'Herói'. Os puritanos ingleses século XVIII acreditavam tê-lo encontrado no 'Lord Protector' (Cromwell)", os jacobinos viam-no no 'Incorruptível' e os bonapartistas, no Imperador. 'A alma do mundo sobre um cavalo', escreveu Hegel acerca de Napoleão, resumindo numa frase genial toda a estrutura da mitologia burguesa do 'Salvador'.⁴¹

De acordo com Löwy, a ideia central da autolibertação das massas em direção à revolução comunista, diante das experiências de Marx com os movimentos sociais nos anos de 1843, comporta três momentos, ou perspectivas, que se implicam dialeticamente:

- A constatação da natureza potencialmente revolucionária do proletariado.
- A tendência do proletariado à consciência comunista no curso de sua práxis revolucionária.
- O papel dos comunistas para desenvolver essa tendência em direção à coerência total. Nesse triplo procedimento, a estrutura crítico-prática do pensamento de Marx aparece de maneira muito clara: com base na reflexão crítica sobre o real, é extraída uma possibilidade – e sobre essa possibilidade ele funda um projeto de ação transformadora⁴².

Portanto, a radicalidade emancipadora é historicamente determinada pela potencialidade revolucionária da classe operária, cuja práxis caminharia para o comunismo. Deste modo, Marx, ao criticar o mundo real, abre caminho a uma possibilidade também real, pois este caminho funda-se num projeto ético-político transformador, claramente vinculado a classe trabalhadora.

3. A distinção entre emancipação política e emancipação humana

Bensaïd⁴³ (2010, p. 10) assim destaca o ano de crise 1843 da trajetória marxiana:

Uma série de textos marca essa passagem do jovem Marx do liberalismo renano e do

⁴⁰ LÖWY, 2012, p. 42

⁴¹ Ibid., p. 44

⁴² Ibid., p. 51

⁴³ BENSAÏD, 2010, p. 10

humanismo antropológico para a luta de classes e a revolução permanente: Crítica da filosofia do direito de Hegel, Sobre a questão judaica, 'Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução', as cartas a Ruge e, depois, Manuscritos econômicos-filosóficos, A sagrada família, escrito com Engels, com quem se encontrou em Paris no verão de 1844.

Citando uma carta de Marx a Ruge, Bensaïd revela o estado de espírito e de evolução da trajetória marxiana. Marx não quer *antecipar dogmaticamente o mundo*, mas a partir da crítica do *mundo antigo, encontrar o novo mundo*:

[...] a filosofia se tornou mundana e a prova cabal disso é que a própria consciência filosófica foi arrastada para dentro da agonia da batalha, e isso não é só exteriormente, mas também interiormente. Embora a construção do futuro e sua consolidação definitiva não seja assunto nosso, tanto mais líquido e certo é o que atualmente temos de realizar; refiro-me à *crítica inescrupulosa da realidade dada*; inescrupulosa tanto no sentido de que a crítica não pode temer os seus próprios resultados quanto no sentido de que não pode temer os conflitos com os poderes estabelecidos [...]⁴⁴

A crítica à religião e à política era tema de interesse da Alemanha naquele momento. Para Marx, que via a crítica da religião *fundamentalmente acabada*, era hora da “crítica da política, do direito, do Estado, da cisão entre a sociedade civil e o Estado, do salto mortal entre o mundo do egoísmo privado e do interesse geral ilusório⁴⁵”.

Assim, o objeto da crítica marxiana é “o conflito do Estado político consigo mesmo”, naquele momento, onde:

o combate em favor das liberdades públicas no âmbito do Estado parece importante, mas não um objetivo em si [...]. Limitado ao plano do Estado, separado da sociedade civil, leva simplesmente a 'uma revolução parcial', a uma revolução 'apenas política, que deixa intatos os pilares da casa'⁴⁶.

Segundo Bensaïd, Marx descobriu na cisão entre Estado e a sociedade civil a 'abstração do Estado político como produto da modernidade'.

Marx (2010) começa o ensaio sobre a questão judaica assim: “Os judeus alemães almejam a emancipação. Que emancipação almejam? A emancipação *cidadã*, a emancipação política.

[...] diante disso, vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o 'Estado cristão', mas não o 'Estado como tal', no fato de não investigar a relação entre emancipação política e emancipação humana e, em consequência, de impor condições que só se explicam a partir da confusão acrítica da emancipação política com a emancipação humana geral.

⁴⁴ KARL, Marx. Carta a Arnold Ruge, mai. 1843. *apud* BENSAÏD, 2010. p. 10

⁴⁵ BENSAÏD, 2010, p. 11

⁴⁶ *Ibid.*, p. 11

A crítica a Bauer pode ser resumida da seguinte maneira:

A questão judaica deve ser formulada de acordo com o Estado em que o judeu se encontra. Na Alemanha, onde não existe um Estado político, onde não existe o Estado como Estado, a questão judaica é uma questão puramente *teológica*. O judeu encontra-se em oposição religiosa ao Estado que confessa o cristianismo como sua base. [...] Nesse caso, a crítica à teologia, crítica de dois gumes, crítica à teologia cristã, crítica à teologia judaica. Entretanto, por mais que estejamos nos movendo *criticamente*, ainda estamos nos movendo no interior da teologia.⁴⁷

Para Marx, *a religião não contradiz a plena realização do Estado*, pois mesmo na América do Norte, onde a questão judaica perdeu seu sentido teológico, e o Estado se tornou secular, ainda assim é a terra onde há “não só a *existência* da religião, mas a existência da mesma *em seu frescor e sua força vitais*”. Deste modo, Marx, transforma a questão da *emancipação política e religião*, para a *questão da relação entre emancipação política e emancipação humana*⁴⁸.

Os limites da emancipação política, que Marx destaca, estão em direta relação com a impossibilidade da libertação do homem pelo Estado:

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um Estado livre [Freistaat, república] sem que o homem seja um homem livre⁴⁹.

A libertação política do homem, por meio do Estado, é uma contradição, pois ao *libertar-se politicamente*, de maneira *abstrata e limitada*, liberta-se por meio de uma **mediação**:

[...] o homem se liberta de uma limitação, valendo-se *do meio chamado Estado*, ou seja, ele se liberta politicamente, colocando-se em contradição consigo mesmo, alteando-se acima dessa limitação de *maneira abstrata e limitada*, ou seja, de maneira parcial⁵⁰.

Segundo Marx, o Estado é um mediador entre o homem e a liberdade do homem, e “a elevação *política* do homem acima da religião compartilha de todos os defeitos e de todas as vantagens de qualquer elevação política⁵¹”. Marx dá um exemplo acerca da propriedade privada:

⁴⁷ MARX, 2010, p. 37, (grifos do autor)

⁴⁸ Ibid., p. 38 (grifos do autor)

⁴⁹ Ibid., p. 38 (grifos do autor)

⁵⁰ Ibid., p. 39 (grifos do autor)

⁵¹ MARX, 2010, p. 39

o homem declara, em termos *políticos*, a propriedade privada como *abolida* assim que abole o caráter censitário da elegibilidade ativa e passiva, como ocorreu em muitos estados norte-americanos. [...] A anulação da política da propriedade privada não só não leva à anulação da propriedade privada, mas até mesmo a pressupõe⁵².

O Estado permite, na verdade, a efetivação da propriedade privada, em sua essência particular:

longe de anular essas diferenças fáticas [por nascimento, estamento, formação e atividade laboral] ele [o Estado], existe tão somente sob pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele [...]. Só pela via dos elementos particulares, é que o Estado se constitui como universalidade⁵³.

Marx, portanto, conclui que o Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição a sua vida material. No desdobramento dessa contradição, está a tese do homem duplo:

onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial, e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meio, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele⁵⁴.

O homem duplo, burguês e cidadão, vive um conflito – “a divisão *secular* entre o Estado político e a *sociedade burguesa*”, uma contradição: na sociedade burguesa, *ele é um ente profano*. No Estado, ele é “privado de sua vida individual real e preenchido como uma universalidade irreal⁵⁵”.

Esse homem cindido é assim descrito por Marx:

A diferença entre o homem religioso e o cidadão é a diferença entre o mercador e o cidadão, entre o diarista e o cidadão, entre o proprietário de terras e o cidadão, entre o *indivíduo vivo* e o *cidadão*. A contradição que se interpõe entre o homem religioso e o homem político é a mesma que existe entre o *bourgeois* e o *citoyen*, entre o membro da sociedade burguesa sua *pele de leão política*⁵⁶.

Marx ressalta que “a emancipação política de fato representa um grande progresso”, mas, por

⁵² Ibid., p. 39

⁵³ Ibid., p. 40

⁵⁴ Ibid., p. 40

⁵⁵ Ibid., p. 40

⁵⁶ MARX, 2010. p. 41

emancipação política de fato, Marx entende que: “não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui”⁵⁷.

Sobre esse progresso da emancipação política, Marx nos alerta sobre os limites da emancipação política:

[...] a cisão do homem em público e privado, o deslocamento da religião do Estado para a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a realização plena da emancipação política, a qual, portanto, não anula nem busca anular a religiosidade real do homem. [...] A *dissociação* do homem judeu e do cidadão, em protestante e cidadão, em homem religioso e cidadão, essa dissociação não é uma mentira à cidadania, não constitui uma forma de evitar a emancipação política, mas é a *própria emancipação política*⁵⁸.

Visto este modo do Estado político de emancipar a religião – e não aboli-la –, Marx nos aponta, por um lado, o extremo violento de um Estado político atuar para a abolição de fato da religião – que se daria somente na abolição da propriedade privada e da vida, nos tempos de guerra –, e por outro lado, em tempos de paz, quando termina a guerra:

o Estado político, a partir da sociedade burguesa, em que a autolibertação humana procura realizar-se sob a forma da autolibertação política, o Estado [gerado por meio da violência] pode e deve avançar até a *abolição da religião*, até a *destruição* da religião; porém, somente na medida em que avance até a abolição da propriedade privada, até o *maximum*, até o confisco, a taxação progressiva, em que avance até a abolição da vida, até a *guilhotina*. Nos momentos em que está particularmente autoconfiante, a vida política procura esmagar seu pressuposto, a sociedade burguesa e seus elementos, e constituir-se como a vida real e sem contradição do gênero humano. No entanto, ela só consegue fazer isso caindo em contradição *violenta* com suas próprias condições de vida, ou seja, declarando a revolução como *permanente*, e, em consequência disso, o drama político termina tão necessariamente com a restauração da religião, da propriedade privada, de todos os elementos da sociedade burguesa, quanto a guerra termina com a paz⁵⁹.

A crítica marxiana desvela que o Estado cristão de fato não é o Estado cristão que confessa e professa o cristianismo contra as outras religiões, “o Estado cristão *consumado*, é, antes, o Estado *ateu*, o Estado *democrático*, o estado que aponta à religião um lugar entre os demais elementos da sociedade burguesa”, portanto, o “assim chamado Estado cristão constitui, na verdade, a negação cristã

⁵⁷ Ibid., p. 41

⁵⁸ Ibid., p. 41

⁵⁹ Ibid., p. 42

do Estado, mas jamais a realização estatal do cristianismo⁶⁰”.

Por fim, para Marx, o antagonismo entre o Estado e a religião configura-se assim: “o Estado comporta-se politicamente para com a religião e religiosamente para com a política”.

Sobre os direitos humanos e do cidadão, Marx pergunta: “Os *droits d l'homme*, os direitos humanos, são diferenciados *como tais* dos direitos do cidadão. Quem é esse *homme* que é diferenciado do *citoyen*? E responde que esse homem é o “membro da sociedade burguesa⁶¹”. Entendendo que os direitos humanos são os direitos do *membro da sociedade burguesa*, Marx critica a liberdade conduzida por estes direitos:

A liberdade equivale, portanto, ao direito de fazer e promover tudo que não prejudique a nenhum outro homem. O limite dentro do qual cada um pode mover-se de modo *a não prejudicar* o outro é determinado pela lei do mesmo modo que o limite entre terrenos é determinado pelo poste da cerca. Trata-se da liberdade do homem como mônoda isolada recolhida dentro de si mesma⁶².

Essa liberdade burguesa, não é só limitada, ela “não se baseia na vinculação do homem com os demais homens”, ela é “um direito a separação, um “direito do indivíduo *limitado*, limitado a si mesmo⁶³”.

Assim, Marx equivale o direito à liberdade ao direito à propriedade privada:

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar a seu bel prazer (*à son gré*), sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele, é o direito ao proveito próprio. Aquela liberdade individual junto com esta sua aplicação prática compõem a base da sociedade burguesa. Ela faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade. Mas, acima de tudo, ela proclama o direito humano, *'de gozar e dispor à vontade de seus bens, rendas, fruto de seu trabalho e de sua indústria*⁶⁴.

Ao analisar as Declarações dos direitos do homem e do cidadão de 1791 e 1793, Marx entende esse homem, membro da sociedade burguesa, entende que “nenhum dos assim chamados direitos humanos transcende o homem egoísta”. Apesar de usar o epíteto moral de “homem egoísta”, Marx está considerando o homem limitado a interesses privados, como mônoda, separado da comunidade.

A emancipação política levada a cabo pela sociedade burguesa representa, para Marx, a

60 MARX, 2010, p. 43

61 Ibid., p. 48

62 Ibid., p. 49

63 Ibid., p. 49

64 Ibid., p. 49 (grifos do autor)

dissolução da sociedade antiga, isto é, a sociedade medieval. A revolução burguesa “derrubou esse poder do soberano e alçou os assuntos de Estado à condição de assuntos de toda nação, que constitui o Estado político como assunto *universal*”:

isto é, como Estado real, desmantelou forçosamente o conjunto dos estamentos, corporações, guildas, privilégios, que eram outras tantas expressões da separação entre o povo e seu sistema comunitário. [...] Só que a realização plena do idealismo do Estado representou concomitantemente a realização plena do materialismo da sociedade burguesa.⁶⁵

Marx critica, ao desvelar os pressupostos da sociedade burguesa, naquilo que se toma como natural, como homem natural, e objeto natural dado:

*A constituição do Estado político e a dissolução da sociedade burguesa nos indivíduos independentes – cuja relação é baseada no direito, assim como a relação do homem que vivia no estamento e na guilda era baseada no privilégio – se efetiva em um só e mesmo ato. O homem, na qualidade de membro da sociedade burguesa, o homem apolítico, necessariamente se apresenta então como homem natural.*⁶⁶

Deste modo, Marx destaca que “*toda a emancipação é redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem*”⁶⁷. No entanto, assim é feita a distinção revolucionária de Marx entre emancipação política e emancipação humana: “A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral.”⁶⁸.

Já, a *verdadeira emancipação*:

a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas '*forces propres*' [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política.⁶⁹

Assim, Marx devolve ao homem sua vida empírica, enquanto ente genérico, livre, sem a mediação do Estado, para relacionar-se política e socialmente com outros homens. A relação entre

⁶⁵ MARX, 2010, p. 51-52

⁶⁶ Ibid., p. 53

⁶⁷ Ibid., p. 53

⁶⁸ IDEM, Ibid.

⁶⁹ Ibid., p. 54

emancipação política e emancipação humana acontece quando a emancipação política concede ao homem a possibilidade de organizar-se politicamente a caminho de uma ação transformadora.

Logo abaixo, no item 4, discorreremos sobre a base do contratualismo – o contraponto liberal do qual Marx dirigia sua filosofia crítica sobre o Estado, os direitos do homem e do cidadão, direito natural, contrato social, entre outros temas da filosofia política de Hobbes, Locke e Rousseau.

4. Nota sobre a base filosófica do contratualismo: correntes “emancipadoras” não-marxistas:

No prefácio “O desafio do liberalismo político” ao livro de Nodari (2014) “Ética, direito e política: a paz em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant”, que utilizaremos para a construção de nossas notas sobre a base filosófica do contratualismo, Oliveira (2014) assim descreve *o que hoje denominamos 'liberalismo político'*:

entendido como teoria filosófica, representa uma das formas mais importantes e mais influentes da antiga tradição ocidental da Filosofia do Direito e do Estado que já vem dos gregos e que foi profundamente reformulada na Modernidade⁷⁰.

Segundo o autor daquele prefácio, a racionalidade moderna, em detrimento de um saber filosófico, desde sua origem grega, que buscava a totalidade e a universalidade, prioriza como racionais unicamente procedimentos para o entendimento dos fenômenos:

O quadro teórico específico das ciências modernas não situa sua investigação no horizonte das estruturas universais, mas antes cinde o real em âmbitos determinados e busca explicar a atuação das entidades observadas nesses diferentes domínios com um saber que compreende a si mesmo como um conhecimento hipotético, fundamentalmente falível, permanentemente variável e inovador⁷¹.

A redução da *filosofia*, isto é, da tradição da filosofia política, a uma análise teórico-conceitual, a perda da *racionalidade prático-política*, a *práxis* identificada agora como técnica do útil e do eficiente, transformou questões clássicas da filosofia política tradicional (qual é a essência da natureza humana e da sociedade) em objeto das ciências humanas⁷².

Nesse contexto teórico, o assim chamado “*realismo político*”, depois da Primeira Guerra Mundial, emergiu como forma de organização entre governos e sociedade no intuito de garantir a paz

⁷⁰ OLIVEIRA, 2014, p. 9

⁷¹ Ibid., p. 9-10

⁷² Ibid., p. 10

mundial. O entendimento é que “a própria constituição ontológica do ser humano torna praticamente impossível a efetivação dos princípios morais da vida humana”. E a questão central, no contexto do realismo é “aceitar a constituição ontológica do ser humano como ele é”, um ser *atribulado por forças contraditórias*⁷³.

Segundo Oliveira (2014), é na década de 1970, com o renascimento da filosofia da política liberal com John Rawls, que ressurgiu no Ocidente um diálogo do *pensamento social contemporâneo* com as categorias do pensamento político da tradição filosófica que se estende de Hobbes a Kant.

O contratualismo, reformulado, então, na sua versão contemporânea, o neoliberalismo, como um programa emancipatório fundado numa sociedade contratual, regrada e bem ordenada:

Está em jogo aqui [no contexto da filosofia política liberal, sua reconstituição com a obra de John Rawls, e no contexto contemporâneo] a retomada do projeto de legitimar os princípios normativos da vida social, isto é, da estrutura básica da sociedade, portanto de suas instituições sociais principais (que são sistemas públicos de regras), e do programa emancipatório da liberdade e da igualdade como fundamento de uma sociedade bem ordenada. Para ele, isso significa que se trata de uma sociedade contratual, regrada por uma constituição e formada por pessoas livres e autônomas. O liberalismo filosófico reaparece como a forma de reflexão filosófica da modernidade política emancipatória com um modelo próprio de fundamentação, ou seja, o procedimento contratual que é aqui reformulado⁷⁴.

A respeito dos *direitos naturais*, inatos, universais e eternos, tema de grande importância para estes pensadores contratualistas, Trindade (2011) aponta:

os filósofos que cuidaram do direito natural nunca conseguiram colocar-se de acordo sobre *quais* seriam esses direitos, embora houvesse consenso no sentido de que, por serem *naturais*, seriam também, *inatos*, *universais* e *eternos*, e portanto *imprescritíveis* ou *inalienáveis*, (às vezes, até 'sagrados'). Todavia, malgrado tão honoráveis qualificados, a lista varia a gosto. Hobbes só identificava um: o direito a vida. Locke só valorizava a garantia da propriedade privada. Kant, por sua vez também só identificava um: a liberdade, a qual todos os demais direitos se reduziriam, ou da qual todos os demais se desdobrariam⁷⁵.

Segundo Trindade, o direito natural seria decorrência própria, não mais de Deus, mas:

de uma natureza especificamente humana e invariável segundo postulado dessacralizador do Iluminismo. Ou, por fim, o direito natural seria o produto necessário e moral de uma *razão humana universal*, que, operando em cada indivíduo, seria fonte interior e segura do conhecimento, conforme a vertente que desfrutou de maior prestígio a partir do final do século

⁷³ Ibid., p. 11

⁷⁴ OLIVEIRA, 2014, p. 15

⁷⁵ TRINDADE, 2011, p. 35

XIII, o *jusracionalismo*, que encontrou em Immanuel Kant seu mais notável formulador⁷⁶.

Brevemente, expomos aqui uma ideia geral do que é contratualismo. A ideia de direitos naturais, universais e eternos está ligada a uma natureza humana invariável, o que leva Kant a confiar na razão humana como a possibilidade de saída do homem de sua menoridade. A emancipação humana, com sua perspectiva revolucionária, é contrária a uma ideia de reconciliação ou filosofia contratual. O contrato social é mediado pelo Estado, e cinde o homem em dois. Já, Marx propõe que este homem cindido se reconcilie consigo mesmo em uma sociedade emancipada.

⁷⁶ TRINDADE, 2011, p. 33

CAPÍTULO II – A perspectiva marxista do Serviço Social

O objetivo nesta parte de nosso trabalho é resgatar, a partir da obra de Yamamoto, “*O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*”, “as particularidades históricas e teóricas do debate brasileiro do Serviço Social na última década [1980], no âmbito do legado marxista, tendo como contraponto o movimento de reconceituação [1965-1975]” e o *solo histórico* “no qual se tornou possível uma *renovação do Serviço Social*”, constantes na segunda parte, capítulo II, “*O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo*”, da referida⁷⁷ obra.

1. O legado do movimento de reconceituação:

Segundo Yamamoto, o contexto histórico-social da expansão monopolista, dos direcionamentos econômico-políticos da ditadura militar e sua crise é o *solo histórico* de onde “se impôs como socialmente necessária uma *renovação do Serviço Social*” que “buscava *assegurar sua própria contemporaneidade*”.

Sob a perspectiva do materialismo dialético de Marx, Yamamoto compreende o significado a profissão como *produto histórico* da sociedade brasileira. Isto é: o seu “*significado social* depende da dinâmica das relações entre as classes e destas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos, no enfrentamento da ‘questão social’⁷⁸”. A profissão afirma-se como:

[...] uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sociotécnica de trabalho, ao se constituir em expressão de necessidades históricas, derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada⁷⁹.

Na *trama de relações* historicamente determinadas que explicam a gênese do Serviço Social, *seus limites e possibilidades*, Yamamoto destaca o emergir, a partir da década de 1980 – “herdeira da ditadura militar e de seu projeto de modernização conservadora” –, e do processo de redemocratização, “*um novo perfil profissional e acadêmico*”. Este novo perfil *acadêmico-profissional* se inspira na tradição marxista, imprime uma “feição essencialmente crítica ao Serviço Social”, e

⁷⁷ IAMAMOTO, 2015, p. 201-249

⁷⁸ A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. E a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia. [...] (IAMAMOTO, 2015, p. 203).

⁷⁹ Ibid, p. 203

desdobra-se em crítica marxista do próprio marxismo incorporado pela profissão na década de 1970 com o movimento latino-americano de reconceituação⁸⁰.

O movimento de reconceituação do Serviço Social foi *um fenômeno tipicamente latino-americano* onde se constatou o tradicionalismo da profissão sob diversas amplitudes: desde os fundamentos técnico-operativos, teórico-metodológicos até ideológico-políticos:

dominado pela constatação ao tradicionalismo profissional, implicou [o movimento de reconceituação] um *questionamento global da profissão*: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*⁸¹.

O movimento de reconceituação foi *a mais significativa* revisão, desde os anos 30⁸², que *saturou* o Serviço Social de historicidade, e seus *impulsos renovadores* chegam ao embate predominante com o tradicionalismo profissional. Atingindo desde a Igreja Católica, até as Universidades com seus movimentos estudantis e manifestações de diversos atores da cena cultural e política, o movimento não foi homogêneo, mas uma *unidade repleta de diversidades*⁸³.

Iamamoto salienta quatro eixos das preocupações fundamentais do movimento de reconceituação. São eles, o primeiro: os rumos da relação de dependência da América Latina com os países *cêntricos*; segundo: a criação de projeto profissional que envolvesse reconstrução dos *critérios teóricos-metodológicos e prático-interventivos*; terceiro: posicionamento político explícito do agir profissional comprometido com os *oprimidos* e com a *transformação social*; quarto: a atribuição de um caráter científico da profissão que lança os embates *epistemológicos, metodológicos e ideológicos*⁸⁴.

As aproximações com a tradição marxista até a metade da década de 1970 foram contraditórias⁸⁵. O compromisso político da militância foi confundido com a prática profissional, onde

⁸⁰ IAMAMOTTO, 2015, p. 204-205

⁸¹ Ibid., p. 205-206

⁸² O Serviço Social se institucionaliza como profissão na sociedade brasileira, como um dos recursos mobilizados pelo Estado, pelo capital, com apoio decisivo da Igreja, informado pela sua doutrina social, para atuar perante a 'questão social'. Nos anos 30, reconhecidas as tensões de classe que acompanhavam o processo de constituição e consolidação do mercado capitalista de trabalho, o Serviço Social se institucionaliza como um tipo de ação social que, no âmbito das relações Estado/sociedade civil, tem como alvo a situação do proletariado urbano e do exército industrial de reserva, no sentido de atenuar as sequelas materiais e morais derivadas do trabalho assalariado" (IAMAMOTO, 2013, p. 204)

⁸³ IAMAMOTTO, 2015, p. 207

⁸⁴ Ibid., p. 209

⁸⁵ Do ponto de vista da herança intelectual - do modo de ler e conceber a sociedade e, nela, a profissão -, o Serviço Social cresce no universo cultural do pensamento humanista-cristão e, mais tarde, vai se secularizar e se modernizar nos quadros do pensamento conservador europeu - do anticapitalismo romântico, que tende a ler a sociedade como uma grande

a ação *político-moral* não supunha uma *consciência teórica* que exigisse uma construção *crítica com o conhecimento científico acumulado*. A aproximação com a teoria marxista se deu “predominantemente por manuais de divulgação do ‘marxismo oficial’”⁸⁶.

Iamamoto constata que a aproximação com o marxismo foi eclética, onde o *personagem mais ausente é o próprio Marx*: “um marxismo sem Marx”, através da apropriação de textos de autores aclamados pela militância política, de Lênin a Guevara, selecionados *numa ótica utilitarista* tento como resultado limites como:

o fetiche dos metodologismos a que o debate da reconceituação se viu submetido e as reduções do método a pautas e procedimentos de intervenção; *o reforço das tendências empiricistas* e, portanto, classificatórias da vida social, que não tendem a estimular a abstração como recurso heurístico fundamental para desvendar os processos sociais; as *apreciações moralizadoras* sobre o ordenamento social burguês; o *a-historicismo*, traduzido nas tênues bases históricas das análises profissionais⁸⁷.

Entre uma militância de esquerda (que moldava com as desaventuras do messianismo e do fatalismo) e um ecletismo teórico que anunciava uma ruptura com o tradicionalismo, mas não a realizava por desligar-se de categorias ontológicas, como o trabalho, da obra marxiana, o movimento de reconceituação se reverteu em uma “*modernização da profissão que atualiza a sua herança conservadora*”⁸⁸.

O aprofundamento da expansão monopolista, as alterações dos processos de produção decorrente, a reorganização do Estado e, portanto, da Universidade, enquanto aparelho de hegemonia da sociedade civil, a criação de um mercado editorial, e o legado do movimento de reconceituação, fizeram com que o Serviço Social tivesse condições historicamente determinadas, no interior da sociedade e do Estado brasileiro, superação do movimento de reconceituação sob duas vias, segundo Iamamoto: a) pela via da *continuidade*: retomada da inspiração marxista para *interpretação da sociedade e da profissão*; b) ruptura: crítica marxista do próprio marxismo da reconceituação e do

comunidade, em que as classes sociais desaparecem da análise - privilegiando-se a ótica da harmonia, da solidariedade no ordenamento das relações sociais. Mais tarde, incorporamos a herança das ciências humanas e sociais, especialmente na sua vertente empiricista norte-americana. A essas fontes de inspiração intelectual alia-se, na década de 70, no auge do movimento de reconceituação, o estruturalismo haurido em Althusser, entre outros, e também o marxismo vulgar, que vêm temperar uma análise de cunho marcadamente positivista e empiricista da sociedade, mas acalentada por um discurso dito marxista, aparentemente progressista e radical" (IAMAMOTTO, 2013, p. 205)

⁸⁶ IAMAMOTO, 2015, p. 211, grifos da autora.

⁸⁷ Ibid, p.213

⁸⁸ Ibid, p.215.

conservadorismo⁸⁹.

Iamamoto resgata os componentes da crítica radical da sociedade capitalista, superando a herança conservadora do Serviço Social que servirá de base para análise do debate contemporâneo que propomos estudar neste nosso trabalho.

Em contraste com a crítica romântica da sociedade, a noção marxiana de *práxis* é:

carregada de historicidade, a análise marxiana não apenas ladeia ou rejeita as antinomias filosóficas do materialismo e do idealismo, mas enfrenta-as criticamente ultrapassando-as, dialética e historicamente: *pensamento e realidade, liberdade e determinismo, sujeito e objeto*⁹⁰.

Portanto, a historicidade da *práxis* sintetiza tanto a crítica teórica radical *desta* sociedade quanto a tomada de *consciência da prática humana em geral*. *Práxis e História* compreendem tanto “a natureza como o mundo dos homens”: “Historicidade aqui compreendida como o inteiro vir-a-ser do ser humano: sua produção, no sentido mais amplo da palavra, por ele mesmo, em sua atividade prática”⁹¹

Na perspectiva marxista, o homem objetiva-se nas obras e nos produtos por meio do trabalho social – trabalho enquanto fundamento ontológico da *práxis*. O trabalho:

[...] conduz mudanças não só no objeto (natureza), mas no sujeito (homem). Sob o ângulo material é a produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem. Sob o ângulo subjetivo, é processo de criação e de acumulação de novas capacidades e qualidades humanas e de necessidades⁹².

No entanto, o conteúdo do trabalho na sociedade capitalista adquire uma forma determinada regida por relações mercantis e contratuais por meio do dinheiro fazendo com que o produto do trabalho *se autonomize* como coisa abstrata:

é o *fetichismo da forma mercantil* – repostado sob novas determinações nas formas que o capital assume (juros e lucro), a propriedade territorial (renda) e o trabalho assalariado (salário) – que adquire a *fixidez de formas naturais, coisificadas*, obscurecendo as relações entre os indivíduos produtores, mistificando a vida social na sociedade do capital⁹³.

⁸⁹ IAMAMOTO, 2015, p. 218

⁹⁰ Ibid., p. 225

⁹¹ Ibid., p. 226

⁹² Ibid., p. 227

⁹³ IDEM, Ibid.

Todos os fatores histórico-sociais da forma mercantil condicionam o fenômeno da alienação:

os produtos se assenhoram do produtor, o trabalho morto do trabalho vivo, subordinando a atividade humana a coisas alheias. O indivíduo social torna-se incapaz de apropriar-se das próprias objetivações (materiais e espirituais) que ele mesmo criou como parte do trabalhador coletivo (da humanidade socializada⁹⁴).

Portanto, a alienação só será eliminada quando os fatores histórico-sociais que a condicionam forem eliminados. Este é o caráter, segundo Yamamoto, revolucionário da obra de Marx, porque ao criticar radicalmente a sociedade capitalista, e revelar as mediações do ser social que se inter-relacionam impondo-se como forma necessária final e acabada de sociedade, apreende as múltiplas determinações da totalidade concreta do real e exige práxis revolucionária para a *transformação do homem e das circunstâncias*⁹⁵.

Segundo Yamamoto, a partir dos anos 1980, cresce o protagonismo acadêmico e político, e desenvolve-se uma vasta *rede de entidades representativas dos assistentes sociais*. O debate é estimulado pelo *enriquecimento da massa crítica acumulada no circuito do Serviço Social*. A fonte de vitalização é a vertente marxista, agora ampliada e legitimada com a maturação intelectual do acúmulo teórico e metodológico que venceu o ecletismo das primeiras aproximações:

O primeiro encontro do Serviço Social com a obra marxiana, dela decorrendo explícitas derivações para a análise do Serviço Social, deu-se, no Brasil, apenas na década de 1980. *Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios (A. Gramsci; G. Lukács; N. Poulantzas; P. Baran; E. Sweezy; E. Mandel; A. Heler, entre além dos “clássicos”)*.

2. A incorporação do marxismo a partir dos anos 80:

Esta parte do nosso trabalho de conclusão de curso é uma explanação do estudo do “Capítulo 3: O processo de ruptura com a ética tradicional” do livro “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos” de Barroco⁹⁶ a partir do item “3.2.1. O amadurecimento teórico-político nos anos 80”. Este é o período que nos interessa frisar no âmbito deste texto o percurso do Serviço Social desde III

⁹⁴ IAMAMOTO, 2015, p. 228

⁹⁵ Ibid., p. 229

⁹⁶ BARROCO, 2008, p. 166-208

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, em 1979, até o código de ética de 1993.

O III CBAS, ou Congresso da Virada, é a culminação de um movimento de articulação conjunta das entidades ABESS/CFESS/ENESSO. Segundo Barroco (2008), o III CBAS assinala o posicionamento ético-político que passa a se configurar como marco decisivo com o compromisso dos assistentes sociais os setores populares.

Sobre a perspectiva marxista, Barroco assinala a superação da produção marxista das primeiras aproximações e “o *ethos* profissional é auto-representado pela inserção do assistente social na divisão sócio-técnica do trabalho como trabalhador assalariado e cidadão”⁹⁷.

Depois de uma diferença de quase 30 anos, desde o Código de Ética de 1948, que se manteve praticamente inalterado, é em 1986 que o Código de Ética, é reelaborado “buscando-se garantir uma ética profissional objetivadora da nova moralidade profissional”⁹⁸. O marco literário desse período é a Iamamoto & Carvalho de 1982 “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” que retoma o pensamento de Marx.

O novo Currículo do Serviço Social, em 1982, e a elaboração do Código de ética em 1986, expressão formal da ruptura ética com o tradicionalismo do Serviço Social.

A reorientação da função social do Serviço Social também é corroborada pela ABESS em 1984:

[...] o Serviço Social configura-se como uma atividade cujo significado econômico está subordinado ao caráter político dominante. É uma prática que tem uma função social via trabalho político-ideológico que, historicamente, tem se vinculado fundamentalmente ao projeto da classe dominante, mas hoje começa a buscar uma reorientação social dessa prática⁹⁹.

Segundo Barroco, apesar destes marcos, “indicando, de forma hegemônica, o marxismo como referencial a ser privilegiado, não se coloca em pauta a discussão sobre a ética marxista ou sobre o debate filosófico do marxismo.”:

O Código [de 1986] expressa uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, peculiaridades e dinâmicas da ética. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora, sem estabelecer a mediação dos valores próprios a ética, reproduz uma visão tão abstrata quanto a que pretende negar¹⁰⁰.

⁹⁷ BARROCO, 2008, p. 168

⁹⁸ IDEM, Ibid.

⁹⁹ ABESS, 1984, p 122, *apud* BARROCO, 2008, p. 171

¹⁰⁰ BARROCO, 2008, p. 176

Sem negar a importância do Código de 1986, Barroco afirma que ele está “aquém dos avanços teórico-metodológicos e políticos efetuados na década de 80”¹⁰¹.

A superação do Código de 1986 é objetivada com a apropriação do acúmulo daqueles avanços teórico-metodológicos empreendidos por Yamamoto, José Paulo Netto, e Ivo Tonet, entre outros, nos anos 80, com o Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993.

Na introdução deste trabalho, destacamos dois princípios do Código de 1993. O primeiro, insere a ética profissional na perspectiva da emancipação: “I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”¹⁰²; O segundo princípio que destacamos é aquele que inscreve o Serviço Social brasileiro na opção por um projeto ético político alternativo ao capitalismo: “VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”¹⁰³.

O dois princípios, a saber, o reconhecimento da liberdade como valor central do código, e a opção por um projeto ético-político vinculado a construção de uma nova ordem societária, estão intimamente ligados a perspectiva marxiana da emancipação humana.

No livro *Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*, José Paulo Netto¹⁰⁴, comenta o princípio I, e Ney Luiz Teixeira de Almeida¹⁰⁵ comenta o princípio VIII. Abaixo citaremos esse debate.

Em primeiro lugar, José Paulo Netto considera a categoria histórica da liberdade. Se a liberdade é histórica, ela rejeita tanto concepções filosóficas ahistóricas de liberdade, mas igualmente, não está ligada ao relativismo histórico de cunho pós-moderno :

a concepção de liberdade varia, *se transforma*, no decorrer da história: certamente Sócrates ficarei assombrado com o sentido que J. Locke atribuiu a ela. Se o filósofo grego (séc. V a.C.), vivendo na pólis em que o trabalho escravo era um fato inquestionado (algo “natural”), pensava a liberdade como problema ético ligado ao domínio de si mesmo, o inglês Locke (1632-1704), inserido no processo da revolução burguesa, vinculava a liberdade ao direito a

¹⁰¹ BARROCO, 2008, p. 177

¹⁰² CFESS, 2012, p. 24

¹⁰³ CFESS, 2012, p. 25

¹⁰⁴ NETTO, José Paulo. Liberdade: o valor central do código (três notas didáticas). In: CRESS – RJ, 2013, p. 20-28

¹⁰⁵ ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. In: CRESS – RJ, 2013, p. 100-111

propriedade¹⁰⁶.

A noção de liberdade do Código de 1993 é contemporânea a agenda social da atualidade, pois expressa sua historicidade através de temas e problemas: “democracia como socialização da participação política; direitos humanos; direitos civis, políticos e sociais; equidade, diversidade e diferença; gênero e etnia¹⁰⁷”. No entanto, faz uma crítica da ilustração: “o *Código* assume o princípio da individuação (conquista absolutamente fundamental da Ilustração), mas expurga da herança ilustrada o *individualismo*”¹⁰⁸, porque remete os sujeitos a indivíduos sociais e as suas *condições concretas do exercício da liberdade*.

A liberdade representa a possibilidade de escolha por uma nova ordem societária livre da exploração e dominação vigente. Segundo Almeida¹⁰⁹, o Serviço Social, essa opção do Serviço Social por um projeto ético político alternativo se dá no seio da profissão, mas não representa uma vontade exclusiva, a práxis emancipatória não se dá apenas no campo exclusivo de qualquer profissão.

Segundo o autor,

A construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero requer um compromisso claro com o processo de emancipação humana, com a produção cotidiana das condições sociais que possibilitem não uma liberdade idealizada, mas um progressivo e radical processo de autodeterminação dos sujeitos, seja na condição de indivíduos singulares como e, sobretudo, humano-genérica.

Portanto, uma sociedade humanamente emancipada só pode ser pensada, segundo o autor, a partir “das condições de dominação e exploração às quais estamos submetidos enquanto gênero humano nas mais diversas formas sociais concretas”¹¹⁰.

A radical perspectiva emancipatória do Serviço Social se encontra além do Código de 1993 e literatura especializada, mas também em manifestos de entidades representativas de classe. O Manifesto da Abepss de 2013, demonstra a atualidade do debate sobre a opção do Serviço Social brasileiro por uma sociedade emancipada e reage contra o contexto de dominação e exploração da sociabilidade vigente:

¹⁰⁶ In: CRESS – RJ, 2013, p. 23

¹⁰⁷ In: CRESS – RJ, 2013, p. 24

¹⁰⁸ In: CRESS – RJ, 2013, p. 25

¹⁰⁹ In: CRESS – RJ, 2013, p. 104

¹¹⁰ In: CRESS – RJ, 2013, p. 104

O contexto mundial de reestruturação produtiva não é somente resultado da crise do capital a partir dos anos 1970, como a instaura permanentemente, posto que aprofunda as contradições dessa sociabilidade. Tal sociabilidade é incapaz de eliminar as desigualdades sociais, garantir a democracia, a liberdade e avançar na direção da emancipação humana, uma vez que é a reprodução de uma lógica cada vez mais exterminadora da humanidade e destituída do sentido humano. Mas, não sem resistência, não sem luta social¹¹¹.

Portanto, segundo o Manifesto, está na agenda do Serviço Social produzir conhecimento que contribua para apoiar um projeto ético-político afinado com a perspectiva da emancipação humana para além do capitalismo.

Para objetivo do nosso trabalho, as considerações acima desenvolvidas sobre a perspectiva marxiana do Serviço Social, nos dão suporte para iniciar a análise do debate sobre emancipação humana nos artigos publicados nos periódicos do Serviço Social. Esse espaço onde assistentes sociais (e pessoas de outras áreas afinadas com o Serviço Social) contribuem para o aprofundamento teórico da perspectiva marxiana do projeto ético-político será por nós analisado no Capítulo III a seguir.

¹¹¹ ABEPSS, 2013, p. 281

CAPÍTULO III – O debate sobre emancipação humana nos periódicos do Serviço Social

1. Análise de conteúdo de artigos do Serviço Social que debatem sobre emancipação política e emancipação humana:

Este capítulo procura analisar os artigos selecionados no processo de pesquisa. Primeiramente vamos expor o processo de categorização; a divisão dos artigos em categorias para análise; a análise de alguns quadros. Para penetrarmos no debate sobre emancipação, no segundo item, analisaremos de fato os artigos que trabalharam a noção de emancipação política. No terceiro item, analisaremos os artigos que adotaram a perspectiva da emancipação humana, e no quarto item levantaremos possíveis equívocos, segundo nossa hipótese e referencial teórico exposto nos capítulos anteriores.

A figura 1¹¹² representa graficamente as palavras de maior destaque que aparecem nas palavras-chaves dos 23 artigos analisados aqui e demonstra esteticamente o conjunto de temas que foram relacionados ao tema emancipação:



Figura 1. Nuvem de palavras-chave dos artigos analisados.

¹¹² Criada com todas as palavras-chave dos artigos analisados, que continham, além da palavra emancipação, emancipação humana e emancipação política, palavras-chave Serviço Social, movimentos sociais, trabalho, sociedade civil, Estado, luta de classes, etc. A imagem foi criada por meio do site www.wordle.net que cria automaticamente a nuvem de palavras destacando graficamente as palavras que aparecem mais vezes. É autorizado pelo site o uso das imagens em artigos.

Para categorização, seguimos os passos indicados por MINAYO (2011) sobre análise de conteúdo:

(a) decompor o material a ser analisado em partes (o que é parte vai depender da unidade de registro e da unidade de contexto que escolhemos); (b) distribuir as partes em categorias; (c) fazer uma descrição do resultado da categorização (expondo os achados encontrados na análise); (d) fazer inferências dos resultados (lançando-se mão de premissas aceitas pelos pesquisadores)¹¹³;

Nossas premissas são as seguintes, para análise do debate:

Tendo como tema a emancipação, e seguindo a teoria marxista aqui exposta, a emancipação só pode ser emancipação política – no contexto da nossa sociedade, significa o aprofundamento da democracia, como diz Marx, é a emancipação cidadã – ou emancipação humana, isto é, a perspectiva *ético-ideológica* revolucionária que, no escopo de nosso trabalho, rebate sob o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Dividimos o resultado dos artigos em três grandes categorias: 1) Aqueles que no contexto do seu debate fazem a **crítica aos limites da emancipação política**; 2) Aqueles que no contexto do seu debate apontam para a **perspectiva revolucionária da emancipação humana**. 3) Aqueles que cometeram equívocos, como a) confusão na distinção entre emancipação política e emancipação humana; b) uso distorcido da perspectiva marxista;

Para fins didáticos, construímos o quadro abaixo para acesso mais fácil das referências da análise do debate a seguir. Os títulos dos artigos estão divididos por revistas e suas referências:

Periódico/título dos artigos	Referência
1. Em Pauta	
O problema da emancipação e da liberdade.	(CASTRO, 2010)
Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura.	(SILVA, M., 2011)
Elementos estruturais da educação popular e os movimentos camponeses do Brasil.	(TRANSPADINI, 2010)
2. Katálysis	
Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica.	(FALEIROS, 2013)
A constituição histórico-ontológica da ética e dos direitos humanos.	(NETO, 2011)
O sentido de igualdade e bem-estar em Marx.	(PEREIRA, 2013)
Utilizando a pesquisa para a justiça social: um exemplo de pesquisa construtivista com meninos de rua.	(RODWELL, 1998)
Pressupostos epistemológicos para pensar o popular.	(VIRGINIO, 2005)
3. Revista de Políticas Públicas	
Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do	(CARDOSO e ABREU,

¹¹³ MINAYO, 2011, p. 88

capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil.	2014)
Especificação histórica da luta contra a opressão na América Latina.	(FARIAS, 2010)
Perspectiva da emancipação na América Latina e desafios para o Serviço Social no Brasil e na Colômbia.	(LOPES, 2014)
Reprodução do capital, transição social e emancipação humana.	(TAVARES, 2009)
4. Ser Social	
A tendência do debate sobre os direitos na cultura política contemporânea.	(GOMES, 2007)
Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres.	(GURGEL e CISNE, 2008)
Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social.	(SILVA, J., 2006)
5. Serviço Social em Revista	
O serviço social e a prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social.	(CONCEIÇÃO, 2010)
Uma reflexão sobre a emancipação humana pelo mundo do trabalho numa nova sociabilidade.	(PRATES, 2014)
6. Serviço Social & Sociedade	
Estado e sociedade civil no pensamento de Marx.	(SOUZA, 2010)
Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana.	(TONET, 2013)
7. Temporalis	
A formação profissional e o fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento	(ABREU, 2011)
A importância da articulação entre Abepss, conjunto Cfess/Cress e Enesso para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.	(RAMOS, 2011)
Compromisso de classe por uma sociedade emancipada – notas para reflexão.	(STAMPA, 2011)
8. Textos & Contextos	
Capacitação e emancipação: uma relação possível.	(LUIZ, 2009)

Quadro 3 Títulos dos artigos analisados e suas referências.

Dentre os autores e autoras analisados, cujos títulos dos artigos estão no quadro acima (quadro 3), destacamos as(os) autoras(es) que **possuem graduação em assistência social**, sendo eles e elas: Jamerson Murillo Anunciação de Souza (SOUZA, 2010), com mestrado em Serviço Social; Mirla Cisne (CISNE e GURGEL, 2008), com mestrado em Serviço Social; Telma Gurgel (CISNE e GURGEL, 2008), com mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia; Cláudia Maria Costa Gomes (GOMES, 2007), com mestrado e doutorado em Serviço Social; Inez Stampa (STAMPA, 2011) possui também graduação em Ciências Sociais com mestrado e doutorado em Serviço Social; Marina Maciel Abreu (ABREU, 2011), com doutorado em Serviço Social; Sâmya R. Ramos (RAMOS, 2011), com doutorado em Serviço Social; Marlise Vinagre Silva (SILVA, M., 2011), com doutorado em Ciências Sociais. Mary K. Rodwell, (RODWELL, 1998) autora americana; Danuta E. Cantoia Luiz (LUIZ, 2009) com mestrado e doutorado em Serviço Social; Débora Guimarães da Conceição (CONCEIÇÃO, 2010); Angêla Maria Moura Costa Prates (PRATES, 2014); Vicente de Paula Faleiros (FALEIROS, 2013) possui também graduação em Direito, com doutorado e pós-

doutorado em Ciências Sociais; Potyara A. P. Pereira (PEREIRA, 2013), possui também graduação em Direito, com mestrado e doutorado em Sociologia e pós-doutorado em Política Social; Josefa Batista Lopes (LOPES, 2014), possui mestrado e doutorado em Serviço Social;

Outros autores e autoras escreveram para os periódicos de Serviço Social, mas **não são assistentes sociais**, sendo eles e elas: Ivo Tonet (TONET, 2013) possui graduação em Letras, com mestre em Filosofia e doutor em Educação; João Claudino Tavares (TAVARES, 2009) possui graduação em Ciências Econômicas, com mestrado em Economia Rural e doutorado em Geografia; Flávio Bezerra de Farias (FARIAS, 2010) possui graduação em Ciências Econômicas e Engenharia Civil, e doutorado em Economia; Rogério Santos de Castro (CASTRO, 2010), possui graduação em Comunicação Social, com mestrado em Serviço Social; Roberta Transpadini (TRANSPADINI, 2010), educadora popular, com mestrado em Desenvolvimento Econômico e doutorado em Estudos Latinos Americanos; Alexandre Silva Virginio (VIRGINIO, 2005) possui graduação em Ciências Sociais com mestrado e doutorado em Sociologia; Arthur Bispo dos Santos Neto (NETO, 2011), graduação em filosofia com mestrado em Filosofia e doutorado em Letras e Linguística.

2. A crítica aos limites da emancipação política:

A maioria dos autores e autoras¹¹⁴ dos artigos analisados; efetuaram a crítica aos limites da emancipação política na sociedade capitalista na qual nos encontramos por meio da perspectiva marxiana. O objetivo dessa parte do trabalho é descrever o recorte do tema e analisar sua profundidade crítica.

A passagem de Souza (2010) resume o ensaio sobre *A questão judaica* serve aqui como introdução ao debate contemporâneo do Serviço Social sobre emancipação, pois revela o aprofundamento da tradição marxista, e sintetiza o que é emancipação política:

Todo o texto de *A questão judaica* está construído no sentido de crítica aos valores burgueses edificados na Revolução de 1789. Ali, pode-se observar que o homem abstrato coincide com a figura do burguês capitalista — é um indivíduo proprietário privado, preocupado com seus interesses particulares e com a ampliação de seus negócios. Na Declaração estão ausentes considerações que pudessem ser o suporte à emancipação de todas as classes sociais. A Declaração como marco ideal e a Revolução Burguesa como marco histórico-concreto asseguram o início do que Marx chama de *emancipação política*, ou seja, a garantia de direitos invioláveis para a burguesia e a instauração de um Estado liberal¹¹⁵.

¹¹⁴ CARDOSO e ABREU, 2014; CASTRO, 2010; CISNE e GURGEL, 2008; LOPES, 2014; LUIZ, 2009; PEREIRA, 2013; PRATES 2014; SOUZA, 2010; TAVARES, 2009; TONET, 2013.

¹¹⁵ SOUZA, 2010, p. 36

Castro (2010) afirma que Marx *está se chocando frontalmente com a filosofia política de Locke, Rousseau, e outros*, ao fazer a crítica aos limites da emancipação política. Resgatando a base filosófica do contratualismo para apontar os limites do *contrato social*, enquanto igualdade jurídico-política, base do advento do Estado moderno, Castro identifica esta *igualdade* como *condição do modo de reprodução da sociedade capitalista*:

Fiel [Marx] ao seu método, não se observa nenhuma fissura na sua forma de pensar e expressar sua abordagem acerca daquela época nascente. A cisão abstrata que permite enxergar no *contrato social* uma igualdade jurídico-política não pode nunca encontrar correspondência com o seu pensamento, que concebe a realidade como ela é e – portanto – não pode deixar de anotar que no advento do Estado moderno, assim como da esfera civil privada, não pode ser outra coisa que não a necessária condição reprodutiva da sociedade capitalista¹¹⁶.

Pereira, (2013), ao esclarecer a *descrença* de Marx em relação ao alcance do *poder transformador da legislação fabril*, destaca que este poder deve ser encarado *senão como um componente estratégico* de uma luta maior: a emancipação humana dos grilhões do capital:

apesar dos ganhos auferidos com esta legislação [...], prevalecem, de fato, no capitalismo, os princípios da competitividade econômica e da coerção política que, alicerçados em mecanismos tais como o exército industrial de reserva e seus efeitos depressivos sobre os salários, conduzem a uma crescente (mas não fatalmente abusoluta) pauperização da força de trabalho, não obstante as utópicas medidas liberais de proteção social¹¹⁷

Segundo Pereira, *está implícito na concepção liberal burguesa de proteção social pelo Estado capitalista e de direitos de cidadania*, os princípios: “da competição e da coerção, identificados com o processo da rentabilidade privada que resulta da exploração e da manipulação da força de trabalho como mercadoria especial”¹¹⁸. Portanto, o conteúdo categoria trabalho na forma mercantil são limites intransponíveis na sociedade capitalista, segundo nossa perspectiva teórica.

Em relação a classe trabalhadora, e portanto, dos direitos trabalhistas, as autoras Cardoso e Abreu (2014) salientam que a emancipação política é uma “conquista do direito público, por isso ainda limitada, como a última forma de emancipação na ordem do capital”¹¹⁹. Desta forma, segundo Cisne e

¹¹⁶ CASTRO, 2010, p. 35

¹¹⁷ PEREIRA, 2013, p. 44

¹¹⁸ PEREIRA, 2013, p. 44

¹¹⁹ CARDOSO e ABREU, 2014

Gurgel, (2008), “nos marcos desse sistema alcançaremos, no máximo a emancipação política, em termos de conquistas democráticas¹²⁰ .

O debate tem um desdobramento sobre os limites da emancipação política tem um profundo questionamento: além dos limites da emancipação política, a sociedade atual enfrenta também a *emancipação política limitada*, isto é, enfrenta entraves a emancipação política, como destacam Silva¹²¹, e Gomes¹²².

Ao analisar a dramática desigualdade socio-econômica brasileira Silva trouxe o seguinte questionamento ao debate:

[...] duas questões importantes precisam ser ressaltadas: quais os aspectos que devem ser explicitados para descortinar a complexa relação entre as múltiplas formas de desigualdade social e a violência reproduzida na sociedade burguesa brasileira desde o início de século? Como os assistentes sociais estão lidando com este terreno pantanoso que *limita ao extremo a emancipação política dos pobres (centrada precariamente na satisfação de algumas carências humanas), também considerando que esta forma de emancipação – ainda que relevante – não é, em absoluto, suficiente à emancipação humana?*¹²³

No seio da sociedade capitalista, a emancipação política é um progresso e tem um alcance limitado. A expressão “limita ao extremo a emancipação política” significa que limitamos algo que tem um alcance limitado.

Gomes (2007) é outra autora, que no nosso recorte, aprofunda a discussão sobre limites, ou nas suas palavras, *entraves* a emancipação política no Brasil. Segundo a autora, a sociedade brasileira é marcada por uma *divisão social inconciliável* resultado da complexidade singular da questão social e do caráter ambíguo de nossa formação social:

A rigor, os direitos civis, políticos e sociais se desenvolveram tardiamente, tendo em vista o peso histórico do liberalismo ortodoxo e a herança institucional anticorporativa que formaram um legado de entraves à emancipação política. E, mesmo com a redemocratização e com a Constituição de 1998, os direitos sociais permaneceram sem acréscimo substancial, já que muitos dos direitos proclamados na década de 30 não foram largamente promulgados¹²⁴.

Outro tema que tivemos contato nesta pesquisa, que corresponde os limites da emancipação

¹²⁰ CISNE & GURGEL, 2008, p. 72

¹²¹ SILVA, J., 2006

¹²² GOMES, 2007

¹²³ SILVA, J., 2006, grifos do autor

¹²⁴ GOMES, 2007, p. 23

política, foi o feminismo. Cisne e Gurgel (2008) destacam a problemática da relação do feminismo com o Estado no desafio:

de cumprir uma exigência da práxis feminista, manter-se em uma posição de autonomia diante das estruturas patriarcal capitalistas que singularizam a condição de subalternidade das mulheres na sociedade como tem sido, historicamente, o papel do Estado. Isto porque as reivindicações do movimento feminista de diferentes formas têm como primeiro interlocutor as estruturas governamentais, na condição de formuladoras e executoras de políticas públicas¹²⁵.

Além destacar a problemática de uma “emancipação das mulheres” via políticas públicas, as autoras compreendem os limites *dessa* emancipação política, de natureza:

[...] contraditória – portanto, limitada e transitória – da reivindicação por políticas e programas sociais pela emancipação humana, em particular, no processo de autodeterminação das mulheres. Partimos do pressuposto, portanto, que a emancipação das mulheres, como já delineamos, exige a construção de outra sociedade¹²⁶.

Os limites da emancipação política fazem parte do debate sobre a emancipação humana, este primeiro item, dessa parte de nosso trabalho, para fins didáticos porque alguns desses autores que citamos, também debatem a perspectiva da emancipação humana, como veremos a seguir.

3. O debate sobre emancipação humana

No item anterior, expomos e analisamos algumas críticas sobre os limites da emancipação política, sua transitoriedade, os entraves para sua realização, os limites dos direitos trabalhistas, e questões contemporâneas como a discussão sobre gênero. No debate sobre emancipação humana estas questões também estão presentes, pela própria decorrência da crítica marxista. Objetivo agora é descrever e analisar o que os autores¹²⁷ das revistas analisadas contribuíram para o debate sobre a perspectiva revolucionária da emancipação humana e os desdobramentos dessa perspectiva para o Serviço Social.

Tonet (2013) considera a atualidade da perspectiva da emancipação humana como crítica radical da nossa sociedade e engajamento para superação da mesma:

¹²⁵ CISNE e GURGEL, 2008, p. 71

¹²⁶ CISNE e GURGEL, 2008, p. 72

¹²⁷ SILVA, M., 2011; CASTRO, 2010; NETO, 2011; PEREIRA, 2013; TAVARES, 2009; CARDOSO e ABREU, 2014; CISNE e GURGEL, 2008; SILVA, J., 2006; GOMES, 2007; TONET, 2013; SOUZA, 2010; PRATES, 2014

a emancipação humana, hoje, só pode significar uma contribuição para o engajamento na radical superação da sociedade capitalista e na construção de uma sociedade comunista. Por isso, uma atividade teórica que se pretenda emancipadora passa, necessariamente, pela apropriação de um saber que permita a compreensão desta sociedade como uma totalidade, até a sua raiz mais profunda, e que também possibilite compreender a origem, a natureza e a função social da fragmentação, desmistificando, ao mesmo tempo, a sua forma atual¹²⁸.

Deste modo, pensar, como propôs Cisne e Gurgel (2008) e Silva (SILVA, M., 2011), a temática da diversidade humana (políticas públicas para emancipação da mulher, e comunidade LGBT) sob a perspectiva da emancipação humana é problematizar a própria temática da diversidade humana e luta de classes com a finalidade de “construção das condições objetivas – materiais e espirituais – para a gestão de uma nova ordem societal, libertária e emancipada¹²⁹”.

Segundo Silva, ao resgatar os antagonismos (como os de classe) da sociedade atual determinam:

condições de existência atravessadas por processos de exploração e opressão, assim como consciências alienadas, que impõem limites à efetivação da liberdade, da autonomia e da plena expansão dos indivíduos sociais, obstaculizando a realização da sua condição de ser humano genérico¹³⁰

O autor entende que o *projeto ético e político emancipatório* deve ultrapassar perspectivas culturalistas, de desenho particularista e fragmentário, visando “o adensamento do projeto de emancipação humana para além dos direitos”¹³¹. E nos indica o desafio de nos “lançar na travessia da igualdade abstrata “que vige e que constrói todas as subjetividades, para a igualdade substantiva, germe da emancipação humana”¹³². Transpadini (2010) ao abordar o tema da educação popular como “princípio onto-criativo da emancipação humana”¹³³, indica também um novo horizonte ético-político: “a unidade do diverso é que deve ser retomada como palco de produção coletiva do histórico processo de produção pra si, da classe [trabalhadora] que ao descarnar de sua herança da opressão materializa seu viver em um novo horizonte de sentido possível¹³⁴”.

Um aspecto levantado no debate sobre emancipação política e emancipação humana é a relação entre as duas. Segundo Neto (2011) a condição fundamental para a emancipação humana, nas suas

¹²⁸ TONET, 2013, p. 740

¹²⁹ SILVA, M., 2011, p. 59

¹³⁰ SILVA, M., 2011, p. 60

¹³¹ SILVA, M., 2011, p. 61

¹³² SILVA, M., 2011, p. 61

¹³³ TRANSPADINI, 2010, p. 87

¹³⁴ TRANSPADINI, 2010, p. 113

palavras, *o reino da eticidade*, não pode ser garantida pela emancipação política, mas por uma mudança da sociedade e supressão das relações mercantis de trabalho:

A condição fundamental para a emancipação humana (reino da eticidade) não pode ser garantida pela emancipação política através da radicalização burguesa da defesa dos direitos humanos, mas somente pela consubstanciação de uma mudança de alto a baixo do velho edifício socioeconômico capitalista e na supressão das relações reificadas que perpassam o mundo do trabalho.¹³⁵

Segundo o autor, *fazer mudanças políticas e não alterar a composição efetiva do processo de produção da riqueza* significa apenas continuar submetendo o trabalho a lógica do capital¹³⁶. Além disso, o autor também analisa criticamente a conquista dos direitos humanos:

Embora os direitos humanos sejam uma conquista histórica e representem um avanço nos termos da luta pela emancipação política, eles não conseguem transpor a esfera da sociedade fundada na regência do capital sobre o trabalho. A constituição de uma nova forma de sociabilidade, que tenha na eticidade a manifestação de uma individualidade empiricamente universal (em-si e para-si), somente será possível pela alteração radical da totalidade social que produz o indivíduo alienado de si mesmo e da universalidade¹³⁷.

Já Tavares (2009) destaca o progresso da emancipação política e fase de *transição* para a emancipação humana, no entendimento que o capitalismo:

[...] seria a última fase da pré-história da humanidade, ou seja, que o capitalismo corresponderia à encruzilhada entre a pré-história e a efetivação da história da humanidade, a passagem para a produção de homens humanizados, a transição da emancipação social (da classe proprietária dos meios de produção) para a emancipação humana¹³⁸.

A emancipação humana, segundo o debate de Cisne e Gurgel (2008), é irrealizável no capitalismo, dada a dominação, alienação e exploração, *baseada na transformação da força de trabalho em mercadoria*. Citando Ivo Tonet, as autoras entendem que a emancipação humana impõe necessariamente: a abolição do trabalho assalariado, da propriedade privada e do capital¹³⁹.

A categoria trabalho em seu conteúdo ontológico, sua forma mercantil, e a possibilidade do

¹³⁵ NETO, 2011, p. 178

¹³⁶ NETO, 2011, p. 178

¹³⁷ NETO, 2011, p. 179

¹³⁸ TAVARES, 2011, p. 316

¹³⁹ CISNE e GURGEL, 2008, p. 72

trabalho associado é tematizada por Prates (2014). Segundo Prates, para emancipação humana ser possível, não basta *apenas* que entendamos o trabalho como fundamento do ser social. Evidencia que o comunismo não é um *desdobramento* do capitalismo. Ao citar Marx, Prates (2014) caracteriza a emancipação humana “como uma associação entre o reino da liberdade e o reino das necessidades humanas.”¹⁴⁰

Prates, citando Ivo Tonet¹⁴¹, aprofunda o debate sobre emancipação humana ao trazer à tona a noção trabalho associado em suas quatro características: a liberdade, a consciência, a coletividade e a universalidade:

O trabalho associado possui quatro características que o identificam apontadas por Tonet. A primeira delas é a liberdade. Os indivíduos livres e conscientes de suas decisões fazem intercâmbio com a natureza para produzir materiais de subsistência para a satisfação de suas necessidades e de todos. [...] A segunda característica do trabalho associado é que ele é realizado por sujeitos conscientes. Eles têm consciência de todo o processo de produção de seus bens e da divisão deles entre os seus. [...] A terceira característica é a coletividade. Os sujeitos realizam as atividades de produção de forma coletiva, em que todos acompanham todo o processo, desde a escolha pelo que produzir, a forma de produzir, a distribuição e também o consumo. [...] A quarta característica refere-se ao caráter universal do trabalho associado. Tonet descarta qualquer possibilidade da construção de uma nova sociabilidade, a comunista, em apenas um país¹⁴².

O debate¹⁴³, além disso, discursa sobre os desdobramentos da perspectiva revolucionária da emancipação humana para o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Segundo Cardoso e Abreu (2014), hoje, o processo de construção da *práxis emancipatória* é profundamente atacado pela ofensiva neoliberal por meio da *superexploração da força de trabalho*, da *supressão/redução dos sistemas públicos da proteção social*, e do *fortalecimento do terceiro setor* enquanto enfrentamento da questão social. O desdobramento dessa crítica radical para o Serviço Social se dá da seguinte maneira: “a perspectiva da emancipação humana, passando pelas conquistas no campo dos direitos – emancipação política -, constitui a direção social e política do projeto ético-político profissional do Serviço Social que se consolida e ganha hegemonia nos anos 1980, no país¹⁴⁴”.

Afirmando que a classe trabalhadora é *referência da emancipação de toda humanidade*, os

¹⁴⁰ PRATES, 2014, p. 198

¹⁴¹ Sabe-se que, do ponto de vista marxista, o controle dos meios de produção é a questão chave para definir o caráter de uma forma de sociabilidade” (TONET, 2010, p. 3 *apud* PRATES, 2014 p. 198)

¹⁴² PRATES, 2014, p.198-199

¹⁴³ STAMPA, 2011; CARDOSO e ABREU, 2014;

¹⁴⁴ CARDOSO e ABREU, 2014

autores vinculam a perspectiva emancipatória à:

tarefa histórica revolucionária dessa classe em sua totalidade, de superação da ordem burguesa e da própria superação como classe na construção de uma nova ordem societária. [...] Esta transformação é produto da práxis revolucionária de superação das condições materiais e subjetivas da ordem do capital e instauração de uma nova ordem societária, na qual será consumada a emancipação humana¹⁴⁵.

Segundo os autores, “tais processos em suas contradições incidem no projeto profissional do Serviço Social que busca vinculação à perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, a partir de mediações que particularizam o Serviço Social como profissão nas relações sociais”¹⁴⁶.

Cardoso e Abreu (2014) consideram que a atual centralidade da assistência [social] como política pública pra o enfrentamento das desigualdades tensiona o projeto ético-político do Serviço Social a *retrocessos profissionais em relação à perspectiva da emancipação humana*:

[...] a importância dessa perspectiva para analisar a própria profissão como objeto histórico que se move no contexto da crise do capitalismo neoliberal e sofre os efeitos perversos de seu avanço. Pois, como profissão que tem uma função social na história, precisa rever, permanentemente, a sua objetivação como expressão da práxis, construindo respostas às demandas da classe trabalhadora, a cujos interesses o seu projeto ético-político profissional busca vinculação, na perspectiva da luta pela emancipação humana¹⁴⁷.

Stampa (2011) ao refletir sobre o que significa *ter compromisso de classe por uma sociedade emancipada*, chama a atenção para esse o chamado do conjunto CFESS/Cress do ano de 2011:

Atualmente, falar de compromisso de classe é reconhecer a necessidade de articulação entre diferentes movimentos e lutas sociais, incluindo aí os movimentos de trabalhador/as. [...] Nesse sentido, e tendo em vista os objetivos desta reflexão, quando falo em compromisso de classe, portanto, não estou falando exclusivamente do/as assistentes [...]. Assim, falar em emancipação, na perspectiva dos movimentos sociais e da classe trabalhadora é resgatar um conjunto de elementos que se tinha deixado para trás, como, por exemplo, recuperar o trabalho como categoria-chave da compreensão da história e restabelecer o primado do sujeito na teoria social, bem como resgatar o papel e o projeto da classe trabalhadora como sujeito da história¹⁴⁸.

Segundo Stampa, discutir emancipação humana requer “explicitar as ideias em torno do projeto

¹⁴⁵ CARDOSO e ABREU, 2014, p. 8

¹⁴⁶ CARDOSO e ABREU, 2014, p. 10

¹⁴⁷ CARDOSO e ABREU, 2014, p. 11

¹⁴⁸ STAMPA, 2011, p. 172

de libertação humana”, sendo a liberdade “uma luta pela humanização e contra a coisificação”. Stampa também rebate perspectivas filosóficas contemporâneas que tem desqualificado a noção de emancipação:

Investidas teóricas deste porte se apresentam como necessárias, marcadamente na contemporaneidade, que, como expressão filosófica e estética do culto ao individualismo, vem buscando desqualificar todas as perspectivas coletivas, através do argumento do subjetivismo e as novas demandas sociais, atingindo frontalmente os conceitos “clássicos”, como o de classes sociais e o da emancipação, pela opção reformista como nova síntese histórica¹⁴⁹.

A respeito dessas investidas teóricas da contemporaneidade e da suposta de que os *interesses coletivos solaparem os individuais*, Stampa as rechaça, pois:

no marxismo, autonomia individual e emancipação humana se complementam, demonstrando os distanciamentos entre o pensamento liberal e o pensamento marxista: o viés de classe social é um dos eixos estruturais do marxismo; a mão invisível do Estado e suas “mediações”, o argumento do liberalismo, para justificar as desigualdades. O liberalismo trata de indivíduos abstratos; o marxismo, de sujeitos concretos. Em Marx [...], emancipação é um projeto que insere a libertação de todos os homens, através do reconhecimento do reino da liberdade (afirmação como sujeito e minimização como objeto) – aspectos em que corrobora Lukács, ao inscrever a inserção crítica, como marco dos homens em seu processo de transformação. Nesse sentido, a emancipação, para Marx, difere da perspectiva liberal, para a qual liberdade significa ausência de coerção e ação individual. No marxismo, ser livre é ser autodeterminado. Há, portanto, uma relação direta entre liberdade e emancipação, pois, para os princípios marxistas, a emancipação se dá quando vão sendo eliminados os obstáculos à liberdade, pela associação entre homens e mulheres¹⁵⁰.

Portanto, segundo Stampa (2011), a emancipação (humana) está diretamente ligada a liberdade, porque uma sociedade humanamente emancipada estaria livre dos obstáculos à liberdade por meio da livre associação entre homens e mulheres – sem mediações.

Em entrevista realizada virtualmente concedida a Elaine Behring (UERJ) e Marildo Menegat (UFRJ) em novembro de 2008 publicada na revista *Em Pauta*, os autores perguntam ao Löwy, grande estudioso de Marx, se ele pensa ser possível a América Latina, no contexto de nova crise mundial, produzir uma saída emancipatória, articulada entre vários países da região. Ao que Löwy responde, de maneira taxativa:

¹⁴⁹ STAMPA, 2011, p. 174

¹⁵⁰ STAMPA, 2011, p. 175

Acho que a frente anti-imperialista representada pela ALBA e, em particular, países como Venezuela, Bolívia e Equador, podem ser uma alternativa à crise na América Latina, se tiverem a coragem de avançar no processo de enfrentamento com o capital financeiro nacional e multinacional e no início de uma transição ao socialismo. No quadro do capitalismo, não haverá saídas emancipatórias¹⁵¹.

Portanto, mesmo uma organização política (e socioeconômica) regional, dentro da sociabilidade burguesa, só pode atingir os limites da emancipação política, mas sem a supressão do capitalismo, nunca haverá uma alternativa transformadora da sociabilidade vigente.

Embora Lopes esclareça, ao debater sobre a o esgotamento das lutas emancipatórias iniciado na América Latina na década de 1950, que o contexto atual “não significa o fim da perspectiva emancipatória no continente [latinoamericano] e no mundo atual da fase do capitalismo”¹⁵².

Abordando o tema das entidades representativas de classe, segundo a autora Ramos¹⁵³, a ação política de entidades como a Abepss, o conjunto CEFESS/Cress e Enesso, constitui um elemento fundante para a manutenção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro porque é a base sociopolítica que sustenta sua práxis comprometida com a emancipação humana:

Tais entidades materializam a ação política que é um dos fatores que garantem a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos, ou seja com a emancipação humana¹⁵⁴.

A importância destas entidades representativas dos (as) assistentes sociais se dá por meio da construção de sua organização política. No contexto atual, segundo Ramos, da organização política do Serviço Social brasileiro é “estabelecer uma práxis política emancipatória, nos limites da sociabilidade do capital – em uma conjuntura de crise dos projetos societários emancipatórios; de refluxo dos movimentos Sociais; de pauperização e desemprego da classe trabalhadora¹⁵⁵”.

A respeito do fortalecimento da formação profissional e do fortalecimento do Serviço Social enquanto área de conhecimento e, portanto, do fortalecimento da unidade de graduação/pós graduação, Abreu (2011) destaca o histórico investimento da Abepss na produção de conhecimento, apoiado na pesquisa, para o desenvolvimento teórico-acadêmico do Serviço Social que se vincula ao projeto

¹⁵¹ LÖWY, 2008, p. 128. (entrevista)

¹⁵² LOPES, 2010, p. 326

¹⁵³ RAMOS, 2011, p. 113

¹⁵⁴ RAMOS, 2011, p. 114

¹⁵⁵ RAMOS, 2011, p. 121

emancipatório:

A busca da unidade entre os dois níveis da formação profissional é uma marca substantiva do trabalho da entidade, vinculada a visão de totalidade da educação crítica e emancipatória que se confronta com a tendência fragmentária e dualista da atual política de Ensino Superior no país, voltada para uma formação por competência, isto é, pragmática, flexível e instrumental¹⁵⁶.

O projeto ético-político do Serviço Social é alternativo porque é pautado pela perspectiva da emancipação humana, portanto, no âmbito das entidades de classe e especificamente da formação profissional, a ação prática dos assistentes sociais exige como base conhecimento teórico-acadêmico aprofundado e atualizado.

4. Equívocos

Este item do nosso trabalho procura descrever e analisar alguns equívocos encontrados no debate,

Farias, em seu artigo com título *Especificação histórica da luta contra a opressão na América Latina*, comete alguns equívocos a respeito da categoria emancipação. Um deles é identificar o caminho da práxis transformada até a construção de uma sociedade emancipada, utilizando termos como “democratização socialista” e “emancipação proletária latino-americana”. Segundo o autor:

uma nova democratização socialista deve ser construída para além das categorias mercado e população, no seio de um processo historicamente determinado de emancipação. Importa explicitar o universo classista latino-americano, pois as distintas vias em disputa entre neoliberais, neodesenvolvimentistas e radicais antiimperialistas expressam interesses de classes opressoras¹⁵⁷.

Expomos no primeiro capítulo que a emancipação humana tem uma perspectiva revolucionária porque propõe uma nova sociabilidade sem as mediações do Estado burguês, do Capital. . Uma “nova democratização” (socialista ou não) não significa sociabilidade emancipada. Se “antiimperialista” significar a perspectiva revolucionária que propõe a derrubada do Capital, então uma sociedade, no seu processo de transformação para emancipação de homens e mulheres, é uma sociedade *antiimperial*. Na perspectiva adotada, o aprofundamento democracia e dos direitos fazem parte da emancipação política. A emancipação política é relevante, ainda mais em contextos de ataque direto a

¹⁵⁶ ABREU, 2011, p. 70

¹⁵⁷ FARIAS, 2009, p. 32

democracia. No entanto, a emancipação política é historicamente limitada, mesmo em contextos de democracias avançadas.

Faleiros (2013) ao fazer uma relação entre cuidado e Serviço Social confunde a perspectiva emancipadora com *empoderamento*: “a questão orientadora deste artigo refere-se à relação entre cuidado e Serviço Social na perspectiva emancipadora de empoderamento, como mudanças das reações de poder e assujeitamento”¹⁵⁸.

Entendemos que processos de empoderamento está ligado a noção de “aumento do protagonismo, da autonomia, do senso de dignidade, do acréscimo de capacidades¹⁵⁹” utilizados em políticas focalizadas para capacitação de sujeitos e inclusão social. Essa perspectiva de inclusão social está aquém da crítica dos limites da emancipação política e distante da perspectiva da emancipação humana. Porque o *cuidado*, segundo Faleiros, deveria ser uma relação política com a inclusão social:

o cuidado como uma relação política de direitos pressupõe sua inserção na relação profissional emancipatória, na combinação complexa da responsabilidade ética com a inclusão social e política, na consideração das dimensões pessoais e subjetivas e na valorização do humano e da humanidade¹⁶⁰.

Virgínio (2005) trouxe ao debate, diante do papel pedagógico dos intelectuais, “a premissa da emancipação dos intelectuais da sua condição de tutores do conhecimento”¹⁶¹ para poder “emancipar o outro”¹⁶². Tal proposta pedagógica não discute a emancipação sob a perspectiva marxista, embora acena a uma “teoria da prática” muito distante da ideia de práxis marxista exposta neste trabalho.

Sob este aspecto, também o artigo de Rodwell (1998) utiliza a expressão “elementos verdadeiros de emancipação” como elementos de uma pesquisa social de base filosófica construtivista e não marxista:

como podemos ver, através do exemplo dos meninos de rua, os elementos verdadeiros de emancipação são resultados esperados da autenticidade. Por meio da demonstração da autenticidade, a pesquisa construtivista pode ser uma experiência de desenvolvimento e educação para todos os envolvidos¹⁶³

¹⁵⁸ FALEIROS, 2013, p. 84

¹⁵⁹ CARNEIRO, L., *Políticas locais de inclusão social autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias*. **Serviço Social & Sociedade**: revista quadrimestral de Serviço Social. São Paulo: Cortez Ed., n.89, p. 76-104 Março, 2007

¹⁶⁰ FALEIROS, 2013, p. 86

¹⁶¹ VIRGINIO, 2005, p. 64

¹⁶² VIRGINIO, 2005, p. 64

¹⁶³ RODWELL, 1998

Ainda sob a noção de empoderamento, Luiz (2009), ao utilizar, nas suas palavras “a categoria emancipação como fundamento ético-político às práticas de capacitação¹⁶⁴”, limita o horizonte da emancipação humana, e não critica os limites da emancipação política. Utiliza a expressão “emancipação social” para designar: “várias dimensões humano-sociais, como: o acesso ao trabalho e remuneração dignos, formação profissional, dimensão subjetiva do ser humano, a vida sócia e política, cultural, entre outras¹⁶⁵”. A autora, limitando¹⁶⁶ a emancipação política a uma espécie de *protagonismo social* de onde se tornaria possível: “a ampliação da democracia e da esfera pública de luta por direitos sociais, como alternativa real e concreta para emancipação de uma condição subalterna para outra superior¹⁶⁷”.

No tocante aos equívocos sobre empoderamento e a dimensão pedagógica da profissão do Serviço Social, Conceição (2010), também confunde práxis com uma “prática emancipatória que contribua para o acesso dos usuários à informação e lhes proporcionem maior participação social, no que diz respeito à luta por seus direitos”. O acesso à informação é um direito dos usuários, enquanto direito cidadão. Deste modo, o acesso à informação é um fator dentro do conjunto de fatores sócio-históricos que promovem cidadãos aos limites da emancipação política, dentro do quadro do capitalismo. É preciso que a dimensão pedagógica da profissão tenha como perspectiva a liberdade, o fim da exploração do homem pelo homem, a emancipação humana.

¹⁶⁴ LUIZ, 2008, p. 68

¹⁶⁵ LUIZ, 2008, p. 70

¹⁶⁶ O texto possui equívocos, e em algumas passagem adota uma perspectiva gramsciana: “A esse movimento histórico-social de avanços e desafios a vencer, para fazer valer perspectivas emancipatórias, chamamos de luta contra-hegemônica. Para a construção da contra-hegemonia, numa perspectiva gramsciana, um fator determinante é o desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica e coletiva para ultrapassar os limites da ‘pequena política’” (LUIZ, 2008. p. 70)

¹⁶⁷ LUIZ, 2009, p. 87

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre emancipação política e humana é resultado do aprofundamento crítico da perspectiva marxista do Serviço Social desde os anos 1980. O Código de Ética de 1993 é um marco que sinaliza estas duas concepções distintas. São distintas porque enquanto a emancipação política é determinada historicamente como emancipação burguesa do feudalismo, a emancipação humana acena para a emancipação do homem do capitalismo.

O debate no seio da produção intelectual, por meio dos periódicos científicos demonstrou o que a discussão dos dois tipos de emancipação é cada dia mais atual, embora não sofra com a ofensiva neoliberal nem com equívocos internos.

O debate tem considerado novos contextos sociais mundiais e nacionais e os autores do Serviço Social têm mantido relevante contribuição a crítica da sociedade sob a perspectiva marxista a respeito do nosso tema.

Isto quer dizer que debates como feminismo, questões de gênero, novos movimentos sociais tem sido discutidos através da crítica do materialismo dialético e resultado em rica compreensão quando fiel ao pensamento de Marx o enriquece com discussões que Marx não poderia pensar.

A emancipação política é limitada a esta sociedade. O Serviço Social está inscrito na divisão do trabalho *desta* sociedade. A garantia de direitos e expansão da democracia fazem parte das ações do assistente social, no entanto, sua práxis tem um teor revolucionário explícito: compromete-se com a emancipação humana no seu projeto ético-político profissional.

Este comprometimento deve levar a cabo a crítica radical desta sociedade e seus limites, assim como apontar para uma nova sociabilidade na qual as mediações do Estado, do Capital, da Igreja, não alienem o homem de sua liberdade.

O problema da liberdade humana e do trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social deve estar na pauta da discussão sobre emancipação humana. Embora, cada dia mais a contemporaneidade critique perspectivas de caráter universal como a perspectiva marxista, a noção de que esta sociedade não é a última forma de sociabilidade humana possível, garante o norte crítico e ético da práxis revolucionária.

Pois, segundo Lessa: “fica evidente que uma ética fundada em Marx tem um caráter revolucionário. Em termos da reflexão ética exige a criticidade radical e a perspectiva de totalidade;

em temas de valores se apoia na liberdade e na emancipação humana”¹⁶⁸

Com nosso trabalho, buscamos identificar a atualidade do debate sobre emancipação humana que perpassa a crítica dos limites da emancipação política, no seio da profissão e de sua construção do conhecimento. Utilizamos a referência marxiana, literatura especializada, o Código de Ética de 1993, manifesto da Abepss, e artigos com disponibilidade online. Muito embora o debate não ocorra somente naqueles artigos disponibilizados pelos periódicos por meio de sítios eletrônicos, deixamos aqui exposto: a perspectiva emancipatória do Serviço Social é hegemônica. No entanto, esse elemento de hegemonia é fruto de um esforço e luta coletiva e não está livre, no contexto histórico e atual, de ofensivas conservadoras e retrocessos ameaçadores da liberdade humana. A luta continua.

¹⁶⁸ LESSA, SERGIO. **A emancipação Política e a defesa dos direitos**. Serviço Social & Sociedade: revista quadrimestral de Serviço Social. São Paulo: Cortez Ed., n. 90, Junho de 2007, ISSN 0101-6628 Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/emancipacao_dirt_2008.pdf>. Acesso em: 5 junho 2016.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 7. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra LTDA, 2012
- BARROCO, Maria L. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Introdução à filosofia Liberal**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Editorial Grijalbo, 1971
- BENSAÏD, Daniel. **Zur Judenfrage, uma crítica da emancipação política**. In: MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução (Marx) Nélio Schneider. Apresentação e posfácio Daniel Bensaïd. Tradução (Bensaïd) Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels) ISBN 978-85-7559-144-4
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. ISBN 978-85-7110-419-8
- CAPES. **Avaliação Trienal 2013**. Área de Avaliação 32: Serviço Social. Período (2010/2012). 2013. 39 páginas.
Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/documentosDeArea.seam?conversationPropagation=begin>. Acesso em: 5 junho 2016
- CFESS. **Código de ética profissional do/a assistente social: Lei 8662/93**. 10. ed. rev. e atual – (Brasília): Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 páginas.
- IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011 ISBN 978-85-7743-031-4
- KANT, Immanuel [et al.]. **O que é esclarecimento?** Tradução Paulo César Gil Ferreira. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita Editora, 2011. ISBN 9788564565029
- CRESS – RJ (Org). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social – Rio de Janeiro. CRESS RJ, 2013.
- IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013. ISBN 978-85-249-1983-1
- _____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** – 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015. ISBN 987-85-249-0693-0
- LÖWITH, Karl. **De Hegel a Nietzsche: a ruptura revolucionária no pensamento do século XIX: Marx e Kierkegaard**. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.
- LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Tradução Anderson Gonçalves. 1. ed., ampl. e atual. São Paulo: Boitempo, 2012
- MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderl. Prefácio Michael Löwy. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels) ISBN 978-85-7559-189-5
- _____. **Sobre a questão judaica**. Tradução (Marx) Nélio Schneider. Apresentação e posfácio Daniel Bensaïd. Tradução (Bensaïd) Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels) ISBN 978-85-7559-144-4
- MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. ISBN 978-85-325-1145-1
- MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre. v. 22. p. 7-32, 1999. Disponível em: http://www.cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html Acesso em: 5 junho 2016

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011. ISBN 978-85-77443-182-3

NODARI, Paulo C. **Ética, direito e política: a paz em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2014

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Prefácio: o desafio do liberalismo político**. In: NODARI, Paulo C. *Ética, direito e política: a paz em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2014, (p. 9-15)

ROIO, Marcos Del (Org.). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels: emancipação política e emancipação humana**. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda., 2011. ISBN 978-85-295-0072-0

REVISTAS

(em ordem alfabética)

1. Em Pauta

CASTRO, Rogério Santos de. **O Problema da Emancipação e da Liberdade**. Em Pauta: revista da faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, n. 25, 2010. ISSN: 2238-3786 (Versão Online) Disponível em:

<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2882/2077>>. Acesso em: 5 junho 2016

LÖWY, Michael. **Marxismo e Emancipação na América Latina**. (entrevista). Em Pauta: revista da faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, n. 22, 2008. ISSN: 2238-3786 (Versão Online) Disponível em:

<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56/55>>. Acesso em: 5 junho 2016.

SILVA, Marlise Vinagre. **Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura**. Em Pauta: revista da faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, n. 28, 2011. ISSN: 2238-3786 (Versão Online) Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2933/2097>>. Acesso em: 5 junho 2016

TRANSPADINI, Roberta. **Elementos Estruturais da Educação Popular e os Movimentos Camponeses do Brasil**. Em Pauta: revista da faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, n. 25, 2010. ISSN: 2238-3786 (Versão Online) Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2886/2080>>. Acesso em: 5 junho 2016

2. Katálysis

FALEIROS, Vicente de Paula. **Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica**. Katálysis: revista do programa de pós-graduação da UFSC. Florianópolis – Santa Catarina, Número Especial Bilíngue, 2013. ISSN: 1982-0259 (Versão Online). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300006/24863>>.

Acesso em: 5 junho 2016.

NETO, Arthur Bispo dos Santos. **A constituição histórico-ontológica da ética e dos direitos humanos**. Katálysis: revista do programa de pós-graduação da UFSC. Florianópolis – Santa Catarina. v. 14, n. 2, 2011. ISSN: 1982-0259 (Versão Online). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802011000200005/19934>>.

Acesso em: 5 junho 2016.

PEREIRA, Potyara A. P. **O sentido de igualdade e bem-estar em Marx**. Katálysis: revista do programa de pós-graduação da UFSC. Florianópolis – Santa Catarina. v. 16, n. 1 2013. ISSN: 1982-

0259 (Versão Online). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000100004/24882>>.

Acesso em: 5 junho 2016.

RODWELL, MARY K. **Utilizando a pesquisa para a justiça social: um exemplo de pesquisa construtivista com meninos de rua.** Katálysis: revista do programa de pós-graduação da UFSC. Florianópolis – Santa Catarina. n. 2, 1998. ISSN: 1982-0259 (Versão Online). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5572/4973>>. Acesso em: 5 junho 2016.

VIRGINIO, Alexandre Silva. **Pressupostos epistemológicos para pensar o popular.** Katálysis: revista do programa de pós-graduação da UFSC. Florianópolis – Santa Catarina. v. 8, n. 1, 2005. ISSN: 1982-0259 (Versão Online). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7100/6569>>. Acesso em: 5 junho 2016

3. Revista de Políticas Públicas

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo:** fundamentos e tendências no Brasil. Revista de políticas públicas: Publicação do programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. São Luís – Maranhão, v. 18, n. especial, 2014. ISSN 2178-2865 (Versão Online). Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2721/775>>. Acesso em: 5 junho 2016.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Especificação histórica da luta contra a opressão na América latina.** Revista de políticas públicas: Publicação do programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. São Luís – Maranhão, v. 14, n. especial. 2010. ISSN 2178-2865 (Versão Online). Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/380/790>>. Acesso em: 5 junho 2016.

LOPES, Josafa Batista. **Perspectiva da emancipação na América Latina e desafios para o Serviço Social no Brasil e na Colômbia.** Revista de políticas públicas: Publicação do programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. São Luís – Maranhão, v. 18, n. especial, 2014. ISSN 2178-2865 (Versão Online). Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2722/776>>. Acesso em: 5 junho 2016.

TAVARES, João Claudino. **Reprodução do Capital, transição social e emancipação humana.** Revista de políticas públicas: Publicação do programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. São Luís – Maranhão, v. 13, n. 2, 2009. ISSN 2178-2865 (Versão Online). Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/25/13>>. Acesso em: 5 junho 2016.

4. Ser Social

GOMES, Cláudia Maria Costa. **A tendência do debate sobre os direitos na cultura política contemporânea. Ser Social:** revista do programa de pós-graduação do departamento de Serviço Social da UnB. Brasília – Distrito Federal, n. 20, 2007. ISSN 2178-8987 (Versão Online) Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/249/1623>. Acesso em: 5 junho 2016.

GURGEL, Telma; CISNE, Mirla. **Feminismo, Estado e políticas públicas:** desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. Ser Social: revista do programa de pós-graduação do departamento de Serviço Social da UnB. Brasília – Distrito Federal, v. 10, n. 22, 2008. ISSN 2178-8987 (Versão Online). Disponível em

<http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18/15>. Acesso em: 5 junho 2016.
SILVA, José Fernando Siqueira. **Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social Ser Social**: revista do programa de pós-graduação do departamento de Serviço Social da UnB. Brasília – Distrito Federal, n. 19, 2006. ISSN 2178-8987 (Versão Online) Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/162/120>. Acesso em: 5 junho 2016.

5. Serviço Social em Revista

CONCEIÇÃO, Débora G. da. **O serviço social e a prática pedagógica**: a arte como instrumento de intervenção social. Serviço social em revista. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n. 2, p. 51-67, jan./jun. 2010. <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7542/6830>>. Acesso em: 5 junho 2016.

PRATES, Ângela M. M. C. **Uma reflexão sobre a emancipação humana pelo mundo do trabalho numa nova sociabilidade**. Serviço social em revista. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 16, n. 2, p. 186, jan/jun. 2014 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18428/15192>>.

6. Serviço Social & Sociedade

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Estado e sociedade civil no pensamento de Marx**. Serviço Social & Sociedade: revista quadrimestral de Serviço Social. São Paulo: Cortez Ed., n.101, p.25-39. Março, 2010. ISSN 0101-6628 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 junho 2016.

TONET, Ivo. **Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana**. Serviço Social & Sociedade: revista quadrimestral de Serviço Social. São Paulo: Cortez Ed., n.116, p.725-74, Dezembro, 2013. ISSN 0101-6628 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 junho 2016.

7. Temporalis

ABEPSS. **Manifesto da ABEPSS – 15 de Mario – dia da/o assistente social 2013**. Temporalis: revista da ABEPSS. Brasília, Distrito Federal v. 1, n. 25, 2013. ISSN: 2238-1856 (Versão Online). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/5694/4154>>. Acesso em: 5 junho 2016.

ABREU, Marina Maciel. **A formação profissional e o fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento**: estratégias e desafios da Abepss no biênio 2007-2008. Temporalis: revista da ABEPSS. Brasília, Distrito Federal, v. 2, n. 22, 2011. ISSN: 2238-1856 (Versão Online). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2146/1599>>. Acesso em: 5 junho 2016.

RAMOS, Sâmya R. **A importância da articulação entre Abepss, conjunto Cfess/Cress e Enesso para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**. Temporalis: revista da ABEPSS. Brasília, Distrito Federal, v. 2, n. 22, 2011. ISSN: 2238-1856 (Versão Online). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1727/1601>>. Acesso em: 5 junho 2016

STAMPA, Inez. **Compromisso de classe por uma sociedade emancipada – notas para reflexão**. Temporalis: revista da ABEPSS. Brasília, Distrito Federal, v. 2, n. 22, 2011. ISSN: 2238-1856 (Versão Online). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1614/1586>>. Acesso em: 5 junho 2016

8. Textos & Contextos

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. **Capacitação e emancipação: uma relação possível.** **Textos & Contextos:** revista do programa de pós-graduação em Serviço Social da faculdade de Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre – Rio Grande do Sul, v. 8, n. 1, 2009. ISSN: 1677-9509 (Versão Online). Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/5675/4128>>. Acesso em: 5 junho 2016.

ANEXOS

ANEXO I – Documento Área de Avaliação 32 – Serviço Social (Avaliação trienal 2013)

Identificação

Área de Avaliação: **SERVIÇO SOCIAL**

Coordenador de Área: Berenice Rojas Couto (PUC-RS)

Coordenador-Adjunto de Área: Maria Luiza Amaral Rizzotti (UEL)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional:*

*não existe coordenador-adjunto de mestrado profissional

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área de Serviço Social possui 31 Programas de Pós-Graduação assim distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,66%), 10 na região Nordeste (33,33%), 04 na região Sul (13,33%) 03 na região Centro-Oeste (10,0%) e 02 na região Norte (6,68%).

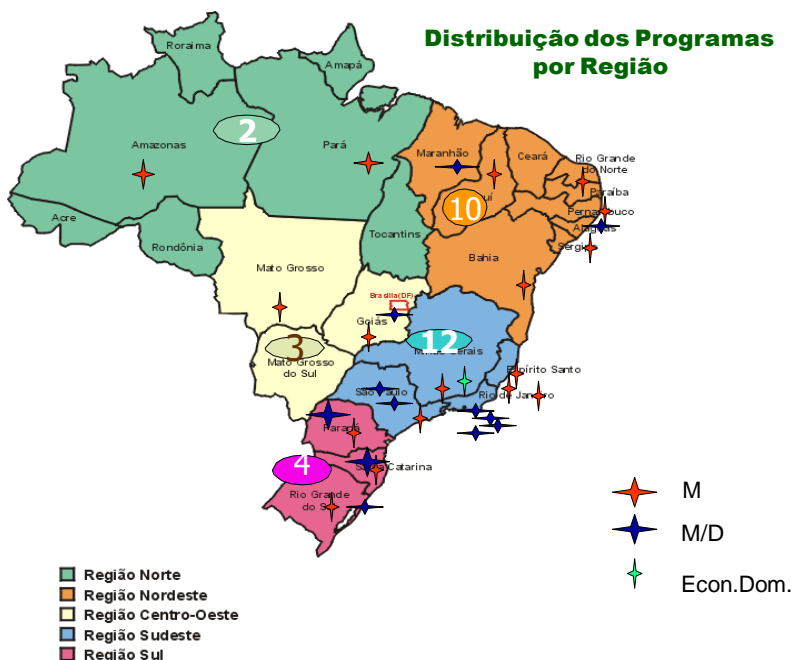


Figura 1: Programas por Região do País

Fonte: CAPES/ 2012

Dos 31 programas de pós-graduação da área, 14 possuem cursos de doutorado e mestrado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/RJ, UFMA, UFRJ, UFF, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UEL, FUFPI,

A formação pós-graduada em Serviço Social é desenvolvida majoritariamente nas universidades públicas, seguida das universidades comunitárias, com pouca expressividade de instituições privadas, tendência inversa à detectada na graduação.

A vinculação institucional dos Programas de Pós-Graduação assim se expressa: 23 (73,33%) em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 08 em instituições particulares (26,67%). Destes últimos, 06 (20,0%) encontram-se em IES comunitárias e 02 em IES privadas (6,67%).

Quanto à dependência administrativa, a distribuição dos programas de pós-graduação da Área é a seguinte: 18 em IES Federais (60,0%); 05 em IES Estaduais (16,66) e 08 em IES particulares (23,34%).

A área básica dos 31 programas de pós-graduação é a seguinte: 20 em Serviço Social (66,6%), dos quais 01 em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e 01 em Serviço Social, Trabalho e Questão Social; 07 em Política Social (23,3%), dos quais 01 em Políticas Sociais e Cidadania; 01 em Política Social e Serviço Social; 03 em Políticas Públicas (10,0%), sendo um deles em Política Pública e desenvolvimento local; e 01 em Economia Doméstica (3,1%).

No intervalo dos anos de 2010 a 2012 foram criados ou postos em funcionamento 5 novos mestrados acadêmicos em Serviço Social e 1 em Economia Doméstica, além de 4 doutorados em Serviço Social.

Em 2011 foi criado apenas um curso em nível de mestrado na Universidade Federal de Sergipe. Já em 2012 houve um acréscimo de 6 novos mestrados distribuídos nas regiões sul, sudeste e nordeste, nas seguintes universidades: Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Fundação Universidade Federal do Sergipe.

Além destes mestrados, um novo mestrado em Economia Doméstica na Universidade Federal Rural de Pernambuco foi recomendado em 2012.

Numa leitura da distribuição espacializada dos seis (6) novos Mestrados em Serviço Social vale destacar que três (3) localizam-se na região nordeste do Brasil. Esse dado aponta que o crescimento de novos cursos foi de 50% de mestrados na região, corroborando com uma das principais diretrizes da Área, que indicava a preocupação com a ampliação de acesso a processo de formação de docentes nas regiões mais desprovidas dessa possibilidade.

¹ A Universidade Federal Fluminense nesse triênio aprovou um novo Programa de Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional.

Nesse período foi criado 1 curso de doutorado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí e dois outros cursos, também na mesma área aprovados em 2010, foram postos em funcionamento em 2011 nas universidades Estadual de Londrina e Federal de Santa Catarina. Os dois novos doutorados na região sul inauguraram a presença deste nível de formação em Instituições públicas no sul do país. Até 2011 havia apenas um doutorado em funcionamento oferecido pela PUC/RS.

A região nordeste também contava com apenas 1 Programa de mestrado e doutorado e com a criação de um doutorado no Piauí passou a contar com 2, ambos em universidades federais.

A ampliação deste triênio indicou, para o nível de doutorado, um percentual de 40% e, em nível de mestrado, de 21%. Em ambos os níveis os novos cursos povoaram regiões com déficit, ampliando a possibilidade de formação de professores e pesquisadores em universidades públicas.

Os dados demonstram que houve um crescimento quantitativo dos cursos em ambos os níveis divididos pela maioria das regiões do Brasil, sendo que os mestrados tiveram maior incidência no nordeste e os doutorados no sul.

Vale ressaltar que todos os novos cursos na área de Serviços Social foram criados em universidades públicas, sendo que 1/3 em Instituições estaduais (UEPB, UECE e UNIOESTE) e 2/3 em Instituições Federais (UFF, UFPI, UFF). O único mestrado novo em Economia Doméstica também está sediado numa universidade pública - federal.

A implantação da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil tem quatro décadas. Os cursos de mestrado pioneiros foram os da região Sudeste: PUC-RJ e PUC-SP, em 1972, e UFRJ, em 1976. Ainda na década de 1970 verificou-se a expansão da pós-graduação para a região Sul, com a criação do mestrado na PUC-RS em 1977 e para o Nordeste, com o mestrado da UFPB-JP, em 1978, e da UFPE, em 1979. Em 1981 foi criado, na PUC-SP, o primeiro curso de doutorado, constituindo-se o pioneiro na América Latina. Contudo, na década de 1980 não foram criados outros programas de pós-graduação na Área. Portanto, na década de 1970, foram criados 06 programas.

A expansão da pós-graduação na Área foi retomada nos anos 1990, no mesmo ritmo da década de 1970, com a criação de 06 programas novos. Registrou-se maior impulso no período 2000-2009, com a criação de 15 novos programas e nos anos 2000 foram criados mais 5 novos programas. Este fluxo de crescimento pode ser observado no gráfico nº 1:

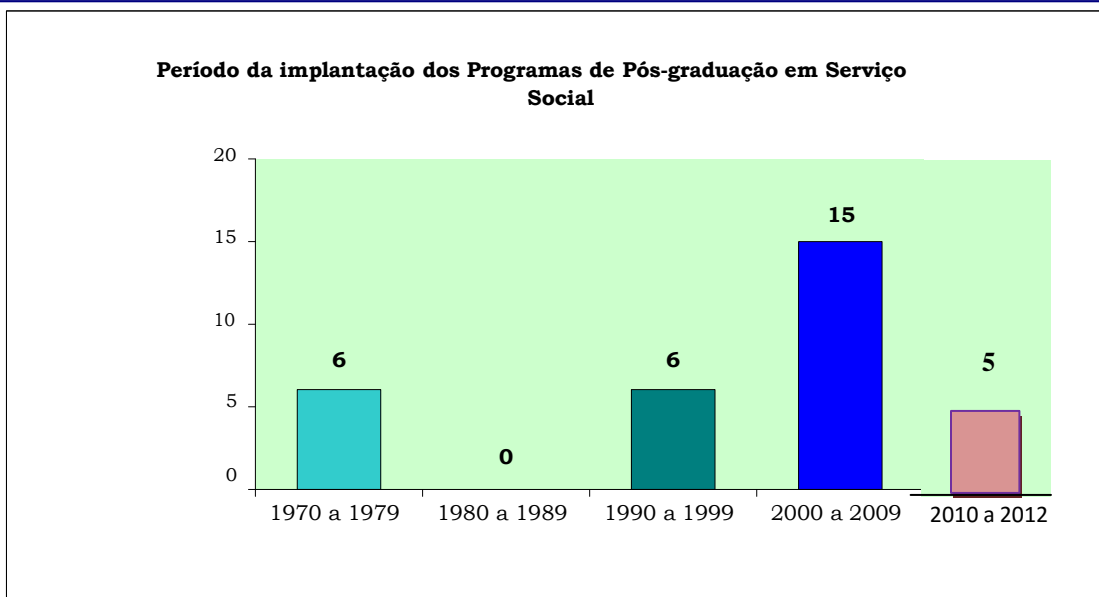


Gráfico 1 : Período de implantação dos Programas Implantação de Programas

Fonte: Capes

Base: 32 instituições de ensino superior

A criação dos 26 novos programas, a partir da década de 1990, é a expressão do amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, rompendo com as marcas conservadoras e confessionais de origem. Nesse sentido, a pós-graduação exerce um papel fundamental na sustentação científica dessa renovação. Nesse processo, o Serviço Social volta-se para a análise da *questão social* e suas manifestações mais contundentes, no marco das relações entre o Estado e a sociedade civil, tal como se expressam na vida cotidiana de distintos segmentos das classes subalternas, em suas relações com o bloco no poder e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais.

Os (as) assistentes sociais atuam na formulação, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população. Sua atuação ocorre ainda na esfera privada, principalmente por meio de repasse de serviços, benefícios e organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Os (as) assistentes sociais também marcam presença em processos de organização e formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores. Nessa direção realizam uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços que incidem na reprodução material e social da força de trabalho. Ao mesmo tempo viabilizam o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus

direitos.

A Área vem se consolidando, de forma contínua e sistemática, o que pode ser observado na qualificação do corpo docente que é composto, em sua totalidade, de doutores, vários com pós-doutorado no Brasil e no exterior; no crescimento da produção intelectual docente e discente; na ampliação de convênios e intercâmbios acadêmicos com instituições nacionais e internacionais; na constituição e fortalecimento de grupos e núcleos de pesquisa consolidados e produtivos; na crescente inserção internacional de programas.

INTERDISCIPLINARIDADE

O Serviço Social tem largo escopo de articulação com outras áreas de conhecimento, sobretudo aquelas que têm como fundamento o arcabouço teórico da área das humanidades. Já em sua formação profissional em nível de graduação não prescinde das explicações teórico-metodológicas de tais áreas que se encontram contempladas no processo de formação. Os programas de Pós-Graduação na Área situam-se entre aqueles cuja área de concentração é o próprio Serviço Social e outros onde as Políticas Sociais e Públicas são objetos dos programas. Tanto em um quanto em outro a interdisciplinaridade comparece como uma perspectiva fundamental para alicerce do debate e da produção de conhecimento. As linhas de pesquisa expressas nos Programas de Pós-Graduação são aglutinadoras de diferentes caminhos explicativos no âmbito das ciências humanas e sociais aplicadas. Os temas tais como direitos sociais, políticas sociais, cidadania, processos de trabalho presentes na maioria dos Programas são, por excelência, interdisciplinares. Além disso, é comum a composição do corpo docente de pesquisadores de diferentes áreas de formação, tais como a sociologia, economia, história, antropologia, dentre outras.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

O estabelecimento da relação entre a Área Serviço Social e o ensino fundamental e médio se dá de forma indireta, pois, em que pese a educação ser um campo de atuação do Assistente Social, ainda há pouca inserção profissional neste campo.

O processo de formação profissional inclui preparo para a intervenção do assistente social nas relações no âmbito das instituições de ensino, família e comunidade, além do profícuo debate sobre o direito de acesso à educação e o seu lugar para a aquisição de cidadania e igualdade social.

Em alguns programas de Pós-Graduação têm sido desenvolvidos projetos de pesquisa que incluem o estudo da política de educação numa perspectiva crítica e de construção de aspectos elucidatórios para a ampliação de acesso a esse direito universal. Temas como violência na escola, evasão escolar, entre outros, têm sido recorrentes nos projetos de pesquisa da área, o que tem contribuído para decifrar questões que tem relação direta com a garantia de acesso à educação.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO ACADÊMICO

Em consonância com a orientação da CAPES para a aprovação de novas propostas de Mestrado Acadêmico, a área aponta como critérios para sua avaliação:

- adequação da proposta ao plano de desenvolvimento institucional da proponente e comprometimento dos dirigentes da instituição com a iniciativa;
- clareza e consistência da proposta, que deve apresentar indicadores que comprovem:
 - a. qualificação do corpo docente. Todos os docentes devem ser doutores. A produção intelectual e a inserção em núcleos de pesquisa e projetos de pesquisa dos docentes articulados a proposta do curso são critérios de avaliação da mesma. Serão avaliadas a produção em periódicos, livros e capítulos de livros nos últimos três anos para aprovação da APCN;
 - b. adequação das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa: É necessário que a proposta apresente de forma clara a definição das áreas de concentração e linhas de pesquisa em consonância com os objetivos do curso proposto, bem como a vinculação entre as linhas de pesquisa e os projetos apresentados;
 - c. adequação da estrutura curricular com respectivas ementas de disciplinas: Serão avaliados a pertinência das ementas propostas bem como a atualidade da bibliografia recomendada, bem como a articulação das disciplinas com a área de concentração e as linhas de pesquisa;
 - d. explicitação dos critérios de seleção de alunos e justificativas para o perfil da formação profissional pretendida e o estágio de desenvolvimento da área no País;
- competência técnico-científica para a promoção do curso, demonstrando que a proposta foi precedida da formação e maturação de grupos de pesquisa com produção intelectual

relevante, em termos quantitativos e qualitativos, e em condições de assegurar a formação dos alunos nas áreas de concentração previstas. Nesse quesito será avaliada a experiência em formação de recursos humanos do quadro docente, sua articulação com a proposta do curso e a experiência de orientação acumulada;

- quadro de docentes permanentes que, em número, regime de dedicação ao programa e qualificação acadêmica, permita assegurar a regularidade e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e orientação. É exigido pela área um quadro docente de no mínimo 7 (sete) docentes em Programas de Mestrado. Os docentes permanentes devem ter vínculo com a IES proponente, devendo dedicar no mínimo 20 horas semanais ao Programa. Nos Programas de Serviço Social é exigido que 60% do corpo docente permanente tenha formação de graduação ou pós-graduação em Serviço Social e nos Programas interdisciplinares no campo das políticas sociais e públicas é exigido que 30% do corpo permanente tenha graduação ou pós-graduação em Serviço Social, o que sustenta sua vinculação a área. No quesito corpo docente é exigido que, no mínimo, 70% dos docentes do Programa sejam do corpo permanente. É necessária a apresentação do regimento do Programa que explicita claramente os critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente. Os docentes permanentes podem estar vinculados nessa condição a apenas dois programas, ressalvadas as condições excepcionais apontadas pela Portaria CAPES nº 1/2012 que dispõe sobre o tema.
- infraestrutura de ensino e pesquisa adequada para o desenvolvimento das atividades previstas, no que se refere a instalações físicas, tanto no que se refere a salas para docentes e discentes, equipamentos de informática, recursos de multimídia, acervo bibliográfico compatível com a formação desejada .

DOUTORADO

Em consonância com a orientação da CAPES para a aprovação de novas propostas de Doutorado, a área aponta como critérios para sua avaliação:

- adequação da proposta ao plano de desenvolvimento institucional da proponente e comprometimento dos dirigentes da instituição com a iniciativa;
 - clareza e consistência da proposta, que deve apresentar indicadores que comprovem:
- e. qualificação do corpo docente. Todos os docentes devem ser doutores. A produção intelectual e a inserção em núcleos de pesquisa e projetos de pesquisa dos docentes articulados a proposta do curso são critérios de avaliação da mesma. Serão avaliadas a produção em periódicos, livros e capítulos de livros nos últimos três anos para aprovação da APCN;
- f. adequação das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa: É necessário que a proposta apresente de forma clara a definição das áreas de

- concentração e linhas de pesquisa em consonância com os objetivos do curso proposto, bem como a vinculação entre as linhas de pesquisa e os projetos apresentados;
- g. adequação da estrutura curricular com respectivas ementas de disciplinas: Serão avaliados a pertinência das ementas propostas bem como a atualidade da bibliografia recomendada, bem como a articulação das disciplinas com a área de concentração e as linhas de pesquisa;
- h. explicitação dos critérios de seleção de alunos e justificativas para o perfil da formação profissional pretendida e o estágio de desenvolvimento da área no País;
- competência técnico-científica para a promoção do curso, demonstrando que a proposta foi precedida da formação e maturação de grupos de pesquisa com produção intelectual relevante, em termos quantitativos e qualitativos, e em condições de assegurar a formação dos alunos nas áreas de concentração previstas. Nesse quesito será avaliada a experiência em formação de recursos humanos do quadro docente, sua articulação com a proposta do curso e a experiência de orientação acumulada;
 - quadro de docentes permanentes que, em número, regime de dedicação ao programa e qualificação acadêmica, permita assegurar a regularidade e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e orientação. É exigido pela área um quadro docente de no mínimo 10 (dez) em Programas de Doutorado. Os docentes permanentes devem ter vínculo com a IES proponente, devendo dedicar no mínimo 20 horas semanais ao Programa. Nos Programas de Serviço Social é exigido que 60% do corpo docente permanente tenha formação de graduação ou pós-graduação em Serviço Social e nos Programas interdisciplinares no campo das políticas sociais e públicas é exigido que 30% do corpo permanente tenha graduação ou pós-graduação em Serviço Social, o que sustenta sua vinculação a área. No quesito corpo docente é exigido que, no mínimo, 70% dos docentes do Programa sejam do corpo permanente. É necessária a apresentação do regimento do Programa que explicita claramente os critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente. Os docentes permanentes podem estar vinculados nessa condição a apenas dois programas, ressalvadas as condições excepcionais apontadas pela Portaria CAPES nº 1/2012 que dispõe sobre o tema.
 - infraestrutura de ensino e pesquisa adequada para o desenvolvimento das atividades previstas, no que se refere a instalações físicas, tanto no que se refere a salas para docentes e discentes, equipamentos de informática, recursos de multimídia, acervo bibliográfico compatível com a formação desejada .

MESTRADO PROFISSIONAL

As exigências do ponto de vista da formulação clara de proposta, com área de concentração e linhas de pesquisa apresentadas de forma clara e objetiva, bem como o comprometimento institucional, com a formulação de um projeto articulado são exigências para a proposta de

mestrado profissional. É necessário que a Instituição proponente seja identificada como instituição de ensino e pesquisa, com formação de recursos humanos qualificados. É necessária que a formulação da proposta explicita de forma clara que profissional quer formar, qual a motivação para a criação do curso, explicitando a demanda e a necessidade de formação desse recurso humano na região onde o Programa está inserido.

O corpo docente deve mesclar com equilíbrio doutores, com produção técnica científica na área, com profissionais de reconhecido saber e expertise na proposta de formação. Deve ficar evidenciada essa característica na identificação tanto da formação como da produção do corpo docente, que deve manter a proporcionalidade de 70% dos docentes compondo o corpo docente permanente, desses 60% , no mínimo, devem ter vínculo com a Instituição em tempo integral ou parcial. A participação de docentes colaboradores não pode exceder a 30% do corpo docente.

Na produção docente será avaliada a produção técnico-científica, devendo ficar explicitada sua vinculação com a área de concentração e as linhas de pesquisa da proposta do curso.

Serão bem avaliadas propostas que estejam articuladas a capacitar a atuação profissional no campo das políticas sociais públicas e da garantia dos direitos sociais da população.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

O processo de avaliação tem sido objeto de debates pela área junto aos coordenadores de programa e a comissão assessora da área. Definiu-se desde o início do triênio que a Área usaria a ficha de avaliação aprovada na trienal 2007-2009, amplamente debatida entre os coordenadores de área e sua elaboração final evidenciava uma proposta de aprimoramento da pós-graduação e um planejamento de consolidação dessa pós-graduação. Assim, a ficha aprovada no triênio anterior condensava os acordos da área sobre o processo de avaliação e apontava para um aprimoramento dos processos que envolviam essa avaliação. Para tanto os espaços dos Seminários de Acompanhamento realizados na CAPES foram fundamentais para que esse processo se estabelecesse.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Á área realizou dois Seminários de Acompanhamento, que contou com a presença de 95% dos coordenadores. No primeiro, ocorrido em novembro de 2011, foi feita uma exposição dos resultados do trabalho desenvolvido no triênio anterior pela Coordenadora de Área de 2007 a 2009. Após, realizou-se, por parte dos coordenadores, uma apresentação dos Programas presentes e tendências apontadas pela avaliação e desafios do triênio em curso.

As discussões que emanaram desse primeiro momento aprofundaram os temas no que

concerne a:

- ampliação e aperfeiçoamento da produção intelectual;
- necessidade de definir com maior precisão os critérios de avaliação da produção técnica;
- qualificação docente como elemento indutor de aprimoramento dos Programas de Pós-Graduação;
- necessidade de aprimorar mecanismos de acompanhamento dos alunos egressos.

Foram apontados como desafios:

- necessidade de avançar na indexação das revistas;
- aprimoramento da divulgação para regras de períodos da publicação;
- criação de instrumentos de avaliação de inserção social, em função do fato de que esse é um critério indicado pela Área.

No que concerne aos instrumentos e procedimentos de avaliação debateu-se as alterações que já foram adotadas no último triênio quanto à feitura do relatório anual e a avaliação trienal. Ainda em relação a esse tema houve uma valorização das visitas, pois permitem maior ambientação com o programa e aprofundam as reflexões e definição de estratégias de aprimoramento.

A conclusão desse primeiro momento trouxe sugestões que versaram sobre a necessidade de acompanhamento mais sistemático dos Programas avaliados com nota 3 (tanto para os antigos como para os novos). Integração a partir de propostas como o PROCAD e/ou similares; ampliação da internacionalização quali-quantitativamente e a necessidade de avaliar o aumento de cobertura de Cursos de Pós-Graduação, sobretudo nas regiões com menor incidência e dificuldade de acesso ao aperfeiçoamento em nível de Pós-Graduação.

Como resultado dos dados apresentados e do debate concluiu-se que a área apresenta consolidação e crescente maturação e o faz em sintonia com a realidade social do país, levando ainda em consideração as especificidades regionais, contribuindo de forma decisiva na construção de conhecimento no campo das políticas sociais públicas.

Alguns encaminhamentos desse primeiro encontro do triênio valem ser destacados, entre eles:

A identificação do esforço dos Programas em qualificarem-se, destacando o caminho da internacionalização; o aprimoramento da socialização da produção, tanto no que concerne à maior mobilidade de artigos entre as revistas nacionais e internacionais, além de reiterar a relevância que os livros têm na área do Serviço Social.

No segundo encontro realizado em outubro de 2012, a tônica versou sobre os critérios de avaliação de área, cuja discussão com esse grupo de coordenadores resultou na reiteração dos que vinham sendo aplicados, sobretudo no que concerne aos percentuais aplicados aos grandes itens de aprimoramento. O segundo tema pautado versou sobre a ampliação das publicações do corpo docente e discente dos Programas, assim como o aprimoramento das revistas associadas às Universidades.

Por fim, foram retomados os debates já iniciados em encontros anteriores no que concerne à internacionalização, cujas conclusões estão contidas em item destinado a esse tema nesse documento.

Foi avaliada muito positivamente pelos coordenadores da área, a exposição feita pelo Diretor da DAV sobre a contextualização da Pós-Graduação brasileira e os desafios postos pelo Plano Nacional de Pós-Graduação. Exposição que deu densidade ao debate estabelecido pela área.

IV- Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos /Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

A Área utiliza os critérios de qualificação de periódicos apoiada nos seguintes critérios:

CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA UMA PUBLICAÇÃO SER AVALIADA COMO PERIÓDICO CIENTÍFICO:

Definição de periódico científico

Um periódico científico é uma publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica. Para ser considerado um periódico científico, o mesmo deve conter os seguintes itens:

- Editor responsável.
- Conselho Editorial.
- ISSN.
- Linha editorial.
- Normas de submissão.
- Periodicidade mínima semestral.
- Avaliação por pares.
- Publicar pelo menos 14 artigos por volume/ano.
- Afiliação institucional dos autores.
- Afiliação institucional dos membros dos Conselhos, podendo haver membros sem vínculo institucional (por ex: aposentados).
- Resumo e Abstract dos artigos.
- Descritores em português e inglês.
- Pelo menos um número do ano anterior publicado.
- Disponibilidade em formato digital, com acesso *on line*;
- Para revistas brasileiras, recomenda-se que haja uma garantia, por agente

certificador auditável, de preservação e acesso ao acervo em casos de catástrofes e obsolescência tecnológica.

- Data de recebimento e aceitação de cada artigo.

Os periódicos da área de Serviço Social, considerados científicos por estes critérios, foram classificados em 07 estratos, adaptados segundo a realidade da área (número de artigos publicados pela área, proximidade da temática à área, avaliação recebida por outras áreas, etc.).

Estratos

Estrato B5

- Periódicos que atendam aos critérios explicitados acima, sem cumprir quaisquer das exigências adicionais descritas nos estratos subseqüentes.

Estrato B4

Para 2008:

- Publicar, por volume/ano, pelo menos, 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 03 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Disponibilidade em, pelo menos, uma base de dados ou indexador internacional.

Estrato B3

- Ser publicado por: instituição com Pós-Graduação *stricto sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional, reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional ou Instituição de Pesquisa; ou contar com apoio da CAPES, CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos, conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos, 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 03 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Disponibilidade em mais uma base de dados ou indexador internacional.

Estrato B2

- Ser publicado por instituição com Pós-Graduação *stricto sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa; ou contar com apoio da CAPES, CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos, conter avaliação por pares, ou estar

disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.

- Publicar, por volume/ano, pelo menos 45% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 04 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Presença em uma base de dados ou indexador internacional.
- Disponibilidade em indexadores ou bases de dados do tipo ISI, SciELO, SCOPUS ou similar.
- Periodicidade mínima semestral.

Estrato **B1**

Ser publicado por: instituição com Pós-Graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional ou Instituição de Pesquisa; ou ser publicado com apoio da CAPES ou do CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.

- Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março do ano seguinte.
- Disponibilidade em mais de um indexador ou base de dados.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 18 artigos.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 05 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Periodicidade mínima semestral.

Observação: Revistas brasileiras classificadas no estrato B1, mas com presença no SciELO e/ou indexador internacional, passaram por uma avaliação de mérito e algumas progrediram para o estrato A2. A avaliação de mérito levou em conta a quantidade do conjunto de artigos publicados pela área.

Estrato **A2**

- Ser publicado por: instituição com Pós-Graduação *stricto sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa; ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos, conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.
- Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março.
- Disponibilidade em um dos indexadores e/ou bases de dados do tipo ISI, SciELO, SCOPUS ou similar.
- Periodicidade mínima semestral.

- Publicar, por volume/ano, pelo menos 18 artigos.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 75% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 05 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 01 de artigo com autor ou co-autores filiados à instituições estrangeiras.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 20% artigos com autores ou co-autores filiados a instituições estrangeiras.

Estrato **A1**

Periódicos de destacada qualidade devidamente demonstrada em relatório pelos avaliadores e necessariamente superiores a todas as exigências estabelecidas para o Estrato A2.

Nesse triênio já foram feitas duas atualizações da qualificação dos periódicos, em 2010 e 2012 e a Comissão de área realizou o trabalho de qualificação final para avaliar o triênio em junho de 2013. Como produto final foram avaliados 815 periódicos, o que representou um acréscimo em relação a trienal passada (437 periódicos foram avaliados). O processo apontou para acréscimos em todos os estratos, embora a maior concentração ainda tenha permanecido nos estratos inferiores (B5 e C).

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

O processo de classificação da produção dos docentes e, em conjunto com a discente, no que concerne a livros, coletâneas, trabalhos completos em anais, prefácio e posfácio, foi realizada a partir da instalação de um sistema informatizado, disponibilizado pela UFRGS e o processo de classificação propriamente dito realizou-se na PUC/RS com total disponibilização e condições objetivas e do corpo de funcionários da biblioteca. A comissão composta por 8 (oito) professores de Programas de diferentes regiões do Brasil trabalhou por 15 dias, distribuídos em três semanas.

A avaliação dos livros consistiu das seguintes etapas:

1. Reunião com os coordenadores (feita durante o 2 Seminário de Acompanhamento da Área) para apresentação da Metodologia de Avaliação de livro e envio das instruções por E-mail.
2. **Preenchimento do cadastro no sistema pelos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação. As informações prestadas indicavam que quanto a:**



- Preenchimento das fichas

O coordenador do Programa preencheu os dados para cada obra.

Todos os dados com * são obrigatórios antes de se finalizar o cadastro da obra. Após salvar a obra pela primeira vez, a tela mudará um pouco, permitindo o cadastro de mais dados. O programa e o ano de edição, selecionados não poderão mais ser alterados a partir deste momento.

Só foram consideradas as obras declaradas nos respectivos Coleta Capes do ano correspondente.

O sistema que foi acessado durante o processo de informação sobre a produção foi o seguinte:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Programa * Programa de Testes - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ▾

Ano da Edição * 2012 ▾

Título da Obra * Obra de Testes

ISBN * (Informe apenas os números)

Tipo da Obra * Livro Integral ▾

Formato da Obra * Impresso ▾

Idioma * Português ▾

Resumo/Informações da Obra

Editora *

Cidade da Edição *

País da Edição *

Nº de Páginas da Obra *

Autores de Livro Integral

Pelo menos **UM** dos autores cadastrados nesta seção deve ter ligação com o programa de pós-graduação da obra.

Novo Autor de Livro Integral

Nome do Autor	Nome para Referência	Vinculado ao Programa?
Sem autores cadastrados		

Autores Organizadores

Pelo menos **UM** dos autores cadastrados nesta seção deve ter ligação com o programa de pós-graduação da obra.

Novo Autor Organizador

Nome do Autor	Nome para Referência	Vinculado ao Programa?
Sem autores cadastrados		

Partes

Para cada **parte** da obra, pelo menos **UM** dos autores deve ter ligação com o programa de pós-graduação da obra.

Nova Parte

Parte	Autores
Sem partes cadastradas	

1

2

3

OBRA

Cadastro da Obra | Cadastro dos Aspectos Formais da Obra

INFORMAÇÕES

Botões com indicam múltipla escolha.
Botões com indicam escolha simples. O valor sobrescrito (1, 2, 3, etc) indica o grupo da questão. Nesse grupo, somente uma dessas questões pode ser selecionada.
Obs.: a cada clique nas questões, suas opções já estão sendo salvas.

ASPECTOS FORMAIS DA OBRA - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

1. AUTORIA

1.1. Única	1.1.1. Docente do Programa	<input type="checkbox"/>
	1.1.2. Discente do Programa	<input type="checkbox"/>
	1.2.1. do programa e autor (es) de outras instituições de ensino e pesquisa, no país com participação discente	<input type="checkbox"/>
	1.2.2. do programa e autor (es) de outras instituições de ensino e pesquisa, no país sem participação discente	<input type="checkbox"/>
	1.2.3. do programa e autor (es) de outras instituições de ensino e pesquisa, no exterior com participação discente	<input type="checkbox"/>
	1.2.4. do programa e autor (es) de outras instituições de ensino e pesquisa, no exterior sem participação discente	<input type="checkbox"/>
1.2. Docente (s)	1.2.5. apenas do programa	<input type="checkbox"/>
	1.2.6. e discente (s) apenas do Programa	<input type="checkbox"/>
	1.3.1. apenas do Programa	<input type="checkbox"/>
1.3. Discente (s)	1.3.2. do Programa e de outras instituições de ensino e pesquisa	<input type="checkbox"/>

2. EDITORIA

2.1. Editora	2.1.1. com catálogo de publicações na área	<input type="checkbox"/>
	2.1.2. brasileira, universitária, filiada à ABEU	<input type="checkbox"/>
	2.1.3. brasileira, universitária, não filiada à ABEU	<input type="checkbox"/>
	2.1.4. comercial com distribuição nacional	<input type="checkbox"/>
	2.1.5. comercial com distribuição nacional e tradição de publicação na área	<input type="checkbox"/>
	2.1.6. comercial estrangeira com tradição de publicação na área	<input type="checkbox"/>
	2.1.7. universitária estrangeira	<input checked="" type="checkbox"/>
	2.1.8. comercial estrangeira	<input type="checkbox"/>
2.2. Conselho editorial ou revisão por pares	<input type="checkbox"/>	
2.3. Contém informações sobre os autores	<input type="checkbox"/>	

3. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS

3.1. Primeira edição	<input type="checkbox"/>
3.2. Segunda Re-edição	<input type="checkbox"/>
3.3. Terceira re-edição ou mais	<input type="checkbox"/>
3.4. Re-impressão	<input type="checkbox"/>
3.5. Obra integra Coleção	<input type="checkbox"/>
3.6. Publicação em idioma estrangeiro	<input type="checkbox"/>
3.7. Publicação bilíngue	<input type="checkbox"/>
3.8. Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais	<input type="checkbox"/>
3.9. Financiada por programa e/ou projeto de pesquisa e/ou editora	<input type="checkbox"/>

4. VINCULAÇÃO DA OBRA

4.1. Obra vinculada a Projeto (s) de Pesquisa	<input type="checkbox"/>
4.2. Obra vinculada a Linha (s) de Pesquisa	<input type="checkbox"/>
4.3. Obra vinculada à área de concentração do Programa	<input type="checkbox"/>
4.4. Obra vinculada à área de conhecimento	<input type="checkbox"/>
4.5. Obra vinculada a projeto isolado	<input type="checkbox"/>
4.6. Obra sem vinculação	<input type="checkbox"/>

5. TIPO E NATUREZA DA OBRA

5.1. Obra de autoria única	<input type="checkbox"/>
----------------------------	--------------------------

Configurações

FAQ/Manual

Identificação

Áreas

Programas

Instituições

Cronograma

Fluxo de Avaliação

Obras

Inclusão de Obras

Avaliações de Obras

Membros

Usuários

Coordenação de Área

Coordenação de Programa

Comissão de Avaliação de Livros

Após o preenchimento, o Programa enviou o material para a biblioteca da PUCRS que fez o primeiro trabalho de checagem dos dados.

A comissão se reuniu por 3 vezes na biblioteca da PUCRS e procedeu a avaliação do material. A comissão de consultores preencheu uma ficha de avaliação qualitativa da obra para cada obra enviada pelos Programas. Aquelas obras que não responderam aos requisitos básicos para sua classificação, conforme explicitados no documento da área, foram desclassificadas.

A comissão considerou como travas:

- Em coletânea:

a) pontuação de até 04 capítulos em caso de autoria de diferentes docentes permanentes do Programa (o que totalizaria a pontuação correspondente a 01 livro integral em seu estrato);

- Em caso de trabalhos completos em Anais de eventos científicos:

a) só foram avaliados trabalhos em eventos nacionais ou internacionais.

b) foi atribuída pontuação de no máximo de 120 trabalhos no triênio (o que correspondeu à pontuação de 1,5 livros no mesmo estrato).

A avaliação gerou para cada produto uma pontuação de zero a cem, a qual indicava o seu enquadramento em estratos (de L1 a L4), conforme definido pela Área (Foi atribuído **35% de peso ao cadastro da obra e aspectos formais da obra e 65% para Avaliação qualitativa da obra**).

As produções classificadas do Serviço Social ficaram assim distribuídas:

	Livro Integral	Coletânea	Capítulo	Prefácio, Posfácio e Apresentação	Editoração de Anais de Congresso	Verbetes	TCA	Total da Produção
2010	48	52	296	26	5	5	453	885
2011	70	50	253	39	7	10	307	736
2012	77	79	435	62	8	14	462	1137

Produção bibliográfica classificada pela Área triênio 2010-2012

Se considerarmos a trienal passada e essa, houve um aumento percentual das obras avaliadas (trienal 2007-2009 foram 785 produtos avaliados, em 2010-2012 foram 2758 produtos).

Em relação aos estratos as produções avaliadas pela área apontam que 68,3% foram

classificadas em L4 ;27,4% em L3 ; 1,8 em L2 e 2,4 %, em L1 (na trienal anterior os valores foram 61% em L4, 34,8% em L3, 4% em L2 e 0,1% em L1).

Essa distribuição evidencia que os Programas vêm publicando em editoras universitárias e comerciais reconhecidas na área de editoração no Brasil e no exterior (Editora Cortez, Editoras Universitárias, Routledge, HUCITEC, Elsevier, Palgrave MacMillan, entre outras). Foram obras majoritariamente de cunho científico, vinculadas às linhas de pesquisa dos Programas, com bibliografia atualizada e temas relevantes para a Área. Destacam-se ainda as reedições e reimpressões de obras por docentes em Programas da Área.

PRODUÇÃO TÉCNICA

Em relação à produção técnica a área aponta para a avaliação de produções relativas a quantidade média/ano/docente permanente, considerando como essa produção:

- Relatórios de pesquisa feitos para instituições públicas e agências de fomento à pesquisa;
- Pareceres técnicos elaborados para agências de fomento;
- Organização de bancos de dados de acesso público;
- Participação de docentes em comissões e conselhos técnicos para elaboração de política científica e governamental;
- Elaboração de subsídios, Metodologias e Avaliações em Políticas Sociais;
- Manuais de Orientação sobre direitos da população;
- Capacitação de gestores públicos, entre outros.

V. Ficha de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos/Itens	Peso	Definição e Comentário sobre Quesitos/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	Na avaliação da proposta do programa serão consideradas: a) A articulação entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento concluídos e em andamento. b) Adequação e abrangência das áreas de concentração que devem expressar os

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>objetivos do Programa.</p> <p>c) Clareza e especificidade na formulação e na quantidade das áreas de concentração e das linhas de pesquisa.</p> <p>d) A vinculação entre linhas e projetos,</p> <p>e) A quantidade de linhas e projetos em relação à dimensão do corpo docente permanente, sendo recomendada a distribuição de, no mínimo, 01 e, no máximo 05 projetos por docente do quadro permanente.</p> <p>f) A interdisciplinaridade (presença de docentes e discentes de outras áreas) no Programa.</p> <p>Na avaliação da coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular serão consideradas:</p> <p>a) A articulação das disciplinas que compõem a estrutura curricular em relação às áreas de concentração.</p> <p>b) A atualidade das ementas, dos conteúdos e da bibliografia das disciplinas.</p> <p>c) A flexibilidade da estrutura curricular na composição dos planos de estudos dos alunos.</p> <p>d) A consonância da formação do corpo docente permanente em relação ao conteúdo da estrutura curricular.</p> <p>e) Articulação interna das atividades acadêmicas do programa (seminários, conferências, bancas, participação em núcleos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas)</p> <p>f) Interação com outros programas das IES (seminários, conferências, bancas,</p>
--	--

		participação em núcleos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas).
1.2. Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da Área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica de seus egressos, conforme os parâmetros da Área.	40%	<p>Nesse quesito serão avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituição, organização e atuação de grupos ou núcleos de pesquisa no programa: - Constituição, organização e atuação de grupos ou núcleos de pesquisa em relação ao número de professores do corpo docente permanente - Existência de convênios, bolsas-sanduíche, intercâmbio de pesquisa, publicações conjuntas, intercâmbio de docentes e discentes, eventos conjuntos e outras atividades similares. - Existência de política de monitoramento de egressos, num período de até 3 anos após a titulação, de forma a obter dados para avaliar a inserção dos egressos no Programa.
1.3. Infra estrutura para ensino, pesquisa e se for o caso, extensão	10%	<p>Na avaliação da infra-estrutura do Programa para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão serão consideradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) As condições de espaço físico para funcionamento da coordenação e secretaria do Programa e para o atendimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e orientação. b) A existência e a suficiência de equipamentos de informática e multimídia para atender às necessidades do Programa. c) Acervo bibliográfico e documental e

		<p>serviços disponíveis em apoio ao desenvolvimento do Programa.</p> <p>d) Captação de recursos para ações de apoio ao curso/programa (apoio institucional e financiamento por parte de órgãos externos)</p>
2- Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa	20%	<p>O perfil do corpo docente deve conter:</p> <p>a) Todos os docentes do quadro permanente, colaboradores e visitantes devem ser doutores.</p> <p>b) A qualificação do corpo docente permanente deve ser adequada às áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular do Programa.</p> <p>c) Será considerado positivo o processo de capacitação permanente do corpo docente.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e formação do Programa	25%	<p>Nesse item serão avaliadas:</p> <p>a) A atuação do corpo permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores, a área considera adequada a média de até 8 discentes por docentes, no processo de Orientação.</p> <p>b) O tamanho (mínimo de 10 docentes) e a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, pesquisa e de orientação em função de possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes;</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>c) Adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional, segundo a Portaria CAPES nº 01/2012;</p> <p>d) Na composição do corpo docente é recomendado que pelo menos 60% tenham formação de graduação ou de pós-graduação em Serviço Social, sendo que os programas explicitamente de caráter interdisciplinar e interdepartamental (Políticas Sociais e Políticas Públicas) devem alcançar um percentual de 30%;</p> <p>e) A participação de docentes colaboradores e docentes visitantes, considerada indispensável e desejável, evidenciando o grau de inserção do Programa em relação à graduação e à comunidade acadêmica;</p> <p>f) Pelo menos 70% dos docentes do Programa devem integrar o corpo de docentes permanentes e as oscilações na sua composição são aceitáveis até 20% no triênio;</p> <p>g) Existência de critérios tanto para a</p>
--	--

		<p>inserção como permanência dos docentes tanto do quadro permanente, como os não permanentes;</p> <p>h) Os docentes permanentes devem dedicar ao menos 20 horas semanais ao Programa;</p> <p>i) Os professores do corpo permanente só podem participar nessa condição de , no máximo de 2 Programas de Pós-graduação, na qualidade de permanentes. Excepcionalidades serão admitidas de acordo com a Portaria CAPES nº 1/2012</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa</p>	<p>45%</p>	<p>a) A distribuição da carga letiva e da carga horária média deve ser de pelo menos 80% entre os docentes permanentes do Programa.</p> <p>b) Os docentes do quadro permanente devem desenvolver sistematicamente atividades de ensino, pesquisa e orientação.</p> <p>c) Todos os docentes do quadro permanente devem participar de projetos de pesquisa.</p> <p>d) A participação de docentes em redes locais, nacionais e internacionais de pesquisa será avaliada como positiva.</p> <p>e) Será considerado o quantitativo de professores do Programa com Bolsa de Produtividade do CNPq ou de outras instituições de fomento.</p> <p>g) A participação de docentes em programas e projetos especiais (PROCAD,</p>

		PQI, MINTER, DINTER e outros) será considerada.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG quanto (conforme a Área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	a) Os docentes do Programa devem participar de atividades de ensino e ou pesquisa, b) Os docentes do Programa devem participar de atividades de orientação de Iniciação Científica. c) Será observada a articulação do Programa com cursos de graduação e os impactos decorrentes dessa articulação.
3 – Corpos Docente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de Teses e Dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente	40%	Será avaliado o percentual de titulados em relação aos alunos ingressantes no triênio, excluídas as desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo docente A dimensão do corpo docente em orientação, em relação à dimensão do quadro docente permanente, será observada
3.2. Distribuição das orientações de Teses e Dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa	10%	É desejável que as teses e dissertações defendidas estejam distribuídas pelos docentes do programa
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à Área	30%	As teses e dissertações devem gerar publicações (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos científicos) até 03 anos após a defesa, Com relação às publicações (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos científicos) em veículos qualificados, do conjunto dos discentes da pós-graduação, O percentual de discentes autores da pós-graduação em relação à dimensão do

		corpo discente (e participação de discentes autores da graduação)
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados	20%	Tempo médio de defesa do Programa de Pós-Graduação considerando as médias da área para Mestrado e Doutorado. Nesse item será avaliada de forma diferenciada a relação com alunos bolsistas e não bolsistas, bem como alunos de projetos especiais aprovados pela CAPES como MINTER e DINTER.
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	40%	A produção científica docente será avaliada, conforme o Qualis periódico e a classificação de livros da área, com base nos seguintes parâmetros: a) Publicações por docente permanente do programa; b) Distribuição de publicações em relação ao corpo docente do programa; c) Produção técnica qualificada dos docentes do Programa.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa	30%	a).Referência à quantidade média/docente de publicações em relação ao corpo docente permanente, no triênio: b)Distribuição das publicações entre o corpo docente permanente: c) Co-autoria com discentes da Pós-Graduação: publicações em veículos qualificados na proporção da relação com o corpo discente.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes	30%	Nesse item serão considerados, entre outros:

		<p>a) Relatórios de pesquisa feitos para instituições públicas e agências de fomento à pesquisa;</p> <p>b) Pareceres técnicos elaborados para agências de fomento;</p> <p>c) Organização de bancos de dados de acesso público;</p> <p>D) Participação de docentes em comissões e conselhos técnicos para elaboração de política científica e governamental.</p>
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa	45%	<p>5.1.1. Impacto educacional</p> <p>Considerar o impacto educacional da contribuição do Programa com a formação qualificada por meio de:</p> <p>a) Publicação de livros e artigos de referência para os cursos de graduação (considerar o alcance da Editora e número de edições);</p> <p>b) Publicação de livros textos sob encomenda para utilização em cursos de graduação, especialização e outros (considerar o alcance da instituição ou editora requerente e o número de edições);</p> <p>c) Promoção de eventos científicos;</p> <p>d) Participação de alunos da graduação em núcleos de pesquisa.</p> <p>5.1.2 Impacto social</p> <p>Nesse quesito serão considerados:</p> <p>a) Formação de recursos humanos qualificados para aprimoramento da gestão pública;</p> <p>b) Formação de recursos humanos</p>

		<p>qualificados para a capacitação de pessoal para atuação em espaços participativos (conselhos, fóruns, etc.);</p> <p>c) Assessoria e consultoria para formulação, gestão, implementação, análise e avaliação de Políticas Públicas;</p> <p>d) Desenvolvimento de avaliações de políticas e programas sociais, em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil;</p> <p>e) Desenvolvimento de sistemas de informações e de gestão em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil;</p> <p>f) Desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar ações implementadas por instituições públicas e da sociedade civil.</p> <p>5.1.3. Impacto cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Programas e Centros de Pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação</p>	<p>40%</p>	<p>a) Desenvolvimento de intercâmbios com outros programas de pós-graduação (PROCAD, PQI, DINTER, MINTER, Casadinho e outros), em nível nacional e internacional;</p> <p>b) Desenvolvimento de intercâmbios com instituições governamentais e não governamentais em níveis local, nacional e internacional.</p>
<p>5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<p>a) Existência e manutenção de página WEB para a divulgação, de forma</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>atualizada do Programa, seu quadro docente e discente; os critérios de seleção ao Programa, grupos e núcleos de pesquisa;</p> <p>b) Desenvolvimento de ações abertas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral para divulgação dos trabalhos e produções do Programa, intercâmbio e difusão do conhecimento.</p>
--	---

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.

<p>1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.</p>
<p>2. Corpo Docente</p>	<p>20%</p>	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>50%</p>	<p>- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7o da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional)</p> <p>- Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p>

<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. -Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 67/1669 : a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes
<p>3. Corpo Docente e Trabalhos de Conclusão</p>	<p>30%</p>	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo docente titulado e ao corpo docente do programa</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de

		dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	- Examinar o número total de publicações do programa no triênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	- Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: <ul style="list-style-type: none"> ● Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). ● Artigos publicados em periódicos técnicos. ● Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. ● Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. ● Elaboração de protocolos, normas ou programas.

		<ul style="list-style-type: none"> ● Consultoria ou assessoria técnica. ● Produtos técnicos. ● Protótipos. ● Patentes. ● Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	30%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5. Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	40%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc ...), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das</p>

	<p>condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam</p>
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p> <p>a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006)
---	-----	---

Em relação à ficha de avaliação do Mestrado Profissional não foram feitas alterações na ficha orientadora aprovada pelo CTC-ES, uma vez que a área não possui nenhum Programa nessa modalidade.

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

No processo de internacionalização, o Serviço Social tem reforçado sua interlocução com Programas localizados particularmente na Europa, e tem participado ativamente do processo de criação e consolidação da pós-graduação na América Latina.

Muitos programas da área, e em particular seus doutorados, já estabeleceram redes de pesquisas com pesquisadores internacionais, o que tem propiciado a presença de professores visitantes nos Programas da Área. Também é recorrente a ida de docentes dos programas do Brasil para o exterior, estabelecendo protocolos de estudos comparados entre as realidades díspares e incidindo na análise principalmente da área do Serviço Social e das políticas sociais públicas. Também várias titulações em co-tutela tem sido realizadas, com Programas principalmente da Europa. Destaca-se a formação de recursos humanos para a criação de Programas de Pós-Graduação, principalmente na América Latina e África e em países como Portugal e Espanha. Inúmeros projetos de pesquisas com

financiamento de agências de fomento brasileiras e estrangeiras têm sido aprovados e estão em execução nos Programas de Pós-Graduação da Área. Compreende-se o processo de internacionalização em duas perspectivas:

- a) A capacidade instalada nos programas do Brasil de fomentar e contribuir com o desenvolvimento da Pós-Graduação nos países do América Latina, da África, incentivando a formação de doutores desses países nos Programas da Área;
- b) O debate intelectual e profícuo, através de publicações internacionais e de parcerias com Núcleos de Pesquisa e intercâmbio entre pesquisadores que alimentem a formação qualificada para atuar no campo das políticas sociais e na contribuição do Serviço Social para o debate crítico da sociedade capitalista.

O debate sobre **Internacionalização da Área** foi inaugurado com a definição de critérios de Internacionalização de Programas na perspectiva das notas 6 e 7 que apontava para a necessidade de que, para além dos parâmetros de produção, os Programas devem demonstrar seu grau de internacionalização, considerando, relativamente ao seu corpo permanente:

- Proporção de docentes participando como visitantes em Programas de IES estrangeiras;
- Proporção de docentes em estágio de pós-doutorado em IES estrangeiras;
- Professores visitantes estrangeiros recebidos pelo Programa no triênio;
- Intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo por meio de bolsas sanduíche;
- Orientação de alunos de origem estrangeira, no Programa;
- Participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional;
- Financiamento internacional para atividades de pós-graduação;
- Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional;
- Participação em diretorias de associações científicas internacionais;
- Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional;
- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras.

Esses critérios já estabelecidos na trienal passada apontavam para uma forma de induzir a internacionalização e criar a partir desse movimento um caminho a ser trilhado na área para expandir o debate internacional e mais que isso para disputar espaço internacional para sua produção. Nesse triênio observa-se que vários movimentos foram feitos nessa direção.

Além desses critérios de internacionalização esperado para a atribuição das notas 6 e 7, a área elegeu os seguintes critérios para tal atribuição :

- 1. Solidariedade:** os Programas devem demonstrar sua cooperação com programas com nota 3 ou 4 (sem doutorado) ou com grupos que ainda não têm curso de pós-graduação *stricto sensu*:
 - Minter, Dinter, Casadinho, PROCAD ou associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
 - Assessoria para a formulação de propostas de novos cursos;

- Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;
- Parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação na área.

2. Nucleação: os programas devem demonstrar a participação de egressos em:

- Atividades de ensino de graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
- Atividades de ensino de pós-graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
- Atividades de pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;

3. Liderança: os Programas devem demonstrar liderança na área considerando:

- Atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países;
- Proporção de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc. ou de agências de fomento internacionais;
- Premiações, nacionais e internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação;
- Proporção de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais
- Participação de docentes permanentes em cargos relevantes para as políticas sociais.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” Nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; Nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 32 - SERVIÇO SOCIAL

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ALBA TEREZA BARROSO DE CASTRO	UERJ	Consultor(a)
BERENICE ROJAS COUTO	PUC/RS	Coordenador(a)
HELDER BOSKA DE MORAES SARMENTO	UFSC	Consultor(a)
IVANETE SALETE BOSCHETTI	UNB	Consultor(a)
JULIANE FEIX PERUZZO	UFPE	Consultor(a)
MARIA LUCIA TEIXEIRA GARCIA	UFES	Consultor(a)
MARIA LUIZA AMARAL RIZZOTTI	UEL	Coordenador(a) Adjunto(a)
MARIANGELA BELFIORE WANDERLEY	PUC/SP	Consultor(a)
MARIA OZANIRA DA SILVA E SILVA	UFMA	Consultor(a)
RODRIGO DE SOUZA FILHO	UFJF	Consultor(a)
SUELI BULHOES DA SILVA	PUC-RIO	Consultor(a)
VERA MARIA RIBEIRO NOGUEIRA	UCPEL	Consultor(a)